

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE AGRONOMIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**AGRÍCOLA**

**DISSERTAÇÃO**

**A TRAJETÓRIA ACADÊMICA NO ENSINO SUPERIOR DE  
ESTUDANTES COTISTAS DO INSTITUTO FEDERAL DE  
MINAS GERAIS *CAMPUS* SÃO JOÃO EVANGELISTA–MG**

**PAULO SERGIO PEREIRA**

**2019**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**A TRAJETÓRIA ACADÊMICA NO ENSINO SUPERIOR DE  
ESTUDANTES COTISTAS DO INSTITUTO FEDERAL DE MINAS  
GERAIS *CAMPUS* SÃO JOÃO EVANGELISTA–MG**

**PAULO SERGIO PEREIRA**

*Sob a Orientação da Professora*  
**Dra. Nádia Maria Pereira de Souza**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ.  
Agosto de 2019**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P436t PEREIRA, PAULO SERGIO , 1975-  
A TRAJETÓRIA ACADÊMICA NO ENSINO SUPERIOR DE  
ESTUDANTES COTISTAS DO INSTITUTO FEDERAL DE MINAS  
GERAIS CAMPUS SÃO JOÃO EVANGELISTA-MG / PAULO SERGIO  
PEREIRA. - Seropédica, 2019.  
64 f.: il.

Orientadora: Nádia Maria Pereira de Souza.  
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação  
Agrícola, 2019.

1. Egressos, Lei de Cotas nas Universidades. 2.  
Ação afirmativa. 3. Instituto Federal. 4. Trajetória  
acadêmica. I. Souza, Nádia Maria Pereira de , 1962-  
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola  
III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE AGRONOMIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**PAULO SERGIO PEREIRA**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 27/08/2019

---

Nádia Maria Pereira de Souza, Profa. Dra. UFRRJ

---

Liz Denize Carvalho Paiva, Profa. Dra. UFRRJ

---

Jane Rangel Alves Barbosa, Profa. Dra. (UNIFOA)

Dedico esse trabalho:

As pessoas especiais em minha vida, meus pais Moacyr e Irene, minha esposa Aparecida e meus filhos Pablo e Luan, que fazem toda a diferença em minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que nos momentos de desânimo, cansaço, iluminava meus pensamentos para seguir em frente. A minha família, esposa e filhos, que ao longo dos dois anos do curso de mestrado, os passeios, viagens, foram adiadas, porém sempre me alegravam dizendo que em 2020 voltaríamos aos passeios e diversões juntos. A todos os meus familiares e amigos que ficaram na torcida pela minha conquista.

Agradeço ao Instituto Federal Minas Gerais – *Campus* São João Evangelista (IFMG/SJE), pela parceria realizada com a Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro (UFRRJ) para que este sonho de fazer um mestrado em educação fosse realizado. Agradeço à minha orientadora Dra. Nádia Maria que acreditou no meu projeto de pesquisa e com paciência me conduziu compreensivamente.

Aos meus colegas de setor (secretaria IFMG/SJE) que a todo o momento apoiaram, desde o projeto inicial até a dissertação.

Muito obrigado.

## BIOGRAFIA

Eu, Paulo Sergio Pereira, casado, residente e domiciliado em Guanhães/MG, filho caçula de uma família simples de três filhos, pai Moacyr Gonçalves Pereira (Bombeiro Hidráulico) e mãe Irene Pereira da Silva (do lar).

Iniciei minha vida acadêmica na rede estadual de ensino aos 07 anos de idade na 1ª série do ensino fundamental, sala “B” assim chamada, pois não tinha feito o curso de “pré-primário” não obrigatório para alunos de 6 anos de idade. A partir da 2ª série fui para sala “A”, devido ao rendimento escolar, porém notei que a renda familiar desses meus colegas era melhor, desde a vestimenta aos lanches em suas lancheiras.

Formação acadêmica em Técnico em Contabilidade, Normal Superior e Pedagogia, Especialização em Gestão Escolar com Abordagens Administrativas e Pedagógicas, atuei como professor nas disciplinas da área técnica do curso Técnico em Contabilidade, professor da área de ciências no “Projeto Chama” Curso de Habilitação para o Magistério, oferecido pela Superintendência Regional de Ensino e também professor designado no Estado com a disciplina de Artes.

Em 2010 ingressei no Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) no cargo de Assistente em Administração, fui membro da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Federal de Minas Gerais *Campus* São João Evangelista (IFMG/SJE) e desde 2011 atuo no setor de registro e controle acadêmico, agora Mestrando em Educação pela UFRRJ para sequência acadêmica, profissional e institucional por acreditar na educação.

## RESUMO

PEREIRA, Paulo Sergio. **A Trajetória Acadêmica no Ensino Superior de Estudantes Cotistas do Instituto Federal De Minas Gerais - *Campus São João Evangelista*–MG**. 2019. 64f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2019.

Esta pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Minas Gerais *Campus São João Evangelista* (IFMG-SJE) com o objetivo de analisar a trajetória dos egressos cotistas do curso de Bacharelado em Agronomia do IFMG/SJE ingressantes por meio da Lei nº 12.711 de 2012 (BRASIL, 2012). O estudo teve ainda como propósitos, a caracterização do perfil dos estudantes, a descrição da trajetória de formação e do desempenho acadêmico, além das expectativas de inserção no mundo do trabalho destes egressos. O período delimitado foi de 2013 até o primeiro semestre de 2018, sendo a população composta por 40 ingressos e 13 concluintes. A pesquisa de natureza qualitativa utilizou técnicas de coletas de dados em distintos referenciais bibliográficos e documentais, como: Leis, Decretos-Leis, Resoluções, editais e documentos do registro escolar dos alunos nos setores da instituição de ensino. O estudo fez uso de um questionário misto de modo a facilitar o levantamento das informações pertinentes ao objetivo da pesquisa. Após a descrição, análise, interpretação e discussão dos dados, conclui-se que os discentes cotistas que fizeram parte deste estudo, demonstraram superação frente às adversidades, apresentando um bom desempenho no curso.

**Palavras-Chave:** Egressos, Lei de Cotas nas Universidades, Ação afirmativa, Instituto Federal, Trajetória acadêmica.

## ABSTRACT

PEREIRA, Paulo Sergio. **The Academic Trajectory in the Higher Education of Shareholders Students of the Federal Institute of Minas Gerais - São João Evangelista Campus - MG.** 2019. 64p. Dissertation (Master in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2019.

This research was carried out at the Federal Institute of Minas Gerais São João Evangelista *Campus* (IFMG-SJE) with the objective of analyzing the trajectory of the graduating graduates of the bachelor degree program in Agronomy of the IFMG / SJE entering through Law 12.711 of 2012 ( BRAZIL, 2012). The study also had as its purpose the characterization of the students' profile, the description of the educational trajectory and academic performance, as well as the expectations of their insertion in the world of work. The delimited period ranged from 2013 to the first semester of 2018, with a population of 40 tickets and 13 graduates. The qualitative research used data collection techniques in different bibliographic and documentary references, such as: Laws, Decree-Laws, Resolutions, edicts and documents of students' school registration in the sectors of the educational institution. The study used a mixed questionnaire in order to facilitate the gathering of information pertinent to the research objective. After the description, analysis, interpretation and discussion of the data, it is concluded that the quota students who were part of this study, demonstrated overcoming in the face of adversity, presenting a good performance in the course.

**Keywords:** Graduates, University Quota Law, Affirmative Action, Federal Institute, Academic trajectory.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

**AE** – Assistência Estudantil

**AC** – Ampla Concorrência – candidatos que concluíram o ensino médio.

**ANDIFES** – Associação Nacional dos Diretores das Instituições Federais de Ensino Superior.

**AF1A** – Ação afirmativa de candidatos que cursou integralmente todo o ensino médio em escola pública, autodeclarado preto, pardo ou indígena e com renda familiar bruta mensal igual ou menor a 1,5 salários mínimos per capita.

**AF1B** - Ação afirmativa de candidatos que cursou integralmente todo o ensino médio em escola pública com renda familiar bruta mensal igual ou menor a 1,5 salários mínimos per capita.

**AF2A** - Ação afirmativa de candidatos que cursou integralmente todo o ensino médio em escola pública, autodeclarado preto, pardo ou indígena, independente da renda familiar.

**AF2B** - Ação afirmativa de candidatos que cursou integralmente todo o ensino médio em escola pública, independente da renda familiar per capita.

**ANOVA** – Análise de Variância.

**CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**CEFET** – Centro Federal de Educação Tecnológica.

**CERE** – Coordenação de Estágio e registro de empresas.

**CGAE** – Coordenação Geral de Atendimento ao Educando.

**COMEP**- Comitê de Ética na Pesquisa.

**COPEX** – Coordenação de pesquisa e extensão.

**CPA** – Comissão Própria de Avaliação.

**CRA** – Coeficiente de Rendimento Acadêmico.

**EAFSJE** - Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista.

**IFES** – Instituições Federais de Ensino Superior.

**IFMG** – Instituto Federal de Minas Gerais.

**IFMG/SJE** - Instituto Federal de Minas Gerais, *Campus* São João Evangelista.

**FIES** – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

**LDBEN** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**MEC** – Ministério da Educação.

**PDE** – Plano de Desenvolvimento Educacional.

**PIBID** – Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência.

**PNAES** – Plano Nacional de Assistência Estudantil.

**PPC** – Projeto Pedagógico do Curso

**PROUNI** – Programa Universidade para Todos.

**REUNI** – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

**UERJ** – Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

**UFRRJ** – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Ano de nascimento ingressantes - Turma Agronomia 2013 .....	21
<b>Gráfico 2:</b> Cor dos ingressantes - Turma Agronomia 2013 .....	21
<b>Gráfico 3:</b> Matrículas por Cor/Raça – 2013 – .....	22
<b>Gráfico 4:</b> Matrículas por Cor/Raça – 2016 .....	22
<b>Gráfico 5:</b> Ensino Público e Privado - Turma Agronomia 2013 .....	23
<b>Gráfico 6:</b> Situação atual - Turma Agronomia 2013 .....	24
<b>Gráfico 7:</b> Empréstimos biblioteca - Turma Agronomia 2013.....	26
<b>Gráfico 8:</b> Empréstimos biblioteca cotistas e não cotistas - Turma Agronomia 2013 .....	26
<b>Gráfico 9:</b> Livros da matriz curricular - cotistas e não cotistas - Turma Agronomia 2013.....	27
<b>Gráfico 10:</b> Livros extracurricular - cotistas e não cotistas - Turma Agronomia 2013.....	27
<b>Gráfico 11:</b> Auxílio estudantil 2013 - Turma Agronomia 2013.....	28
<b>Gráfico 12:</b> Auxílio estudantil 2014 - Turma Agronomia 2013.....	28
<b>Gráfico 13:</b> Auxílio estudantil 2015 - Turma Agronomia 2013.....	29
<b>Gráfico 14:</b> Auxílio estudantil 2016 - Turma Agronomia 2013.....	29
<b>Gráfico 15:</b> Auxílio estudantil 2017 - Turma Agronomia 2013.....	30
<b>Gráfico 16:</b> Recepção dos cotistas – Turma Agronomia 2013.....	38
<b>Gráfico 17:</b> Recepção dos cotistas – Turma Agronomia 2013.....	38
<b>Gráfico 18:</b> Lei nº 12.711 de 2012 - Concluintes Turma Agronomia 2013.....	39
<b>Gráfico 19:</b> Renda per-capita - Concluintes Turma Agronomia 2013 .....	42
<b>Gráfico 20:</b> Situação atual em relação ao trabalho - Cotistas concluintes Turma Agronomia 2013 .....	44

## ÍNDICE DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Interpretação das Siglas .....	20
<b>Quadro 2:</b> Maiores notas ingressantes -Turma Agronomia 2013 .....	23
<b>Quadro 3:</b> Menores notas ingressantes - Turma Agronomia 2013 .....	23
<b>Quadro 4:</b> Estágio curricular - Concluinte Turma Agronomia 2013 .....	32
<b>Quadro 5:</b> Participação em Pesquisa e Extensão - Concluintes Turma Agronomia 2013 .....	35
<b>Quadro 6:</b> Projetos de pesquisa e extensão - Concluintes Turma Agronomia 2013.....	35

## ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Situação dos alunos de agronomia por turma em 31/08/2018.....	5
<b>Tabela 2:</b> Oferta e Matrícula - Turma Agronomia 2013 .....	20
<b>Tabela 3:</b> Sinopse INEP - Brasil - 2013 a 2016 .....	25
<b>Tabela 4:</b> Sinopse INEP - Minas Gerais - 2013 a 2016.....	25
<b>Tabela 5:</b> Coeficiente de Rendimento Escolar - Concluintes Turma Agronomia 2013 .....	31
<b>Tabela 6:</b> Concluintes - Turma Agronomia 2013.....	32

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>1 CAPÍTULO 1 LÓCUS DESTA PESQUISA: O INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS (IFMG) E O CAMPUS SÃO JOÃO EVANGELISTA (SJE).....</b>	<b>4</b>
1.1 O Instituto Federal de Minas Gerais e o IFMG/SJE.....	4
1.2 O Curso de Bacharelado em Agronomia do IFMG/SJE: .....	5
<b>2 CAPÍTULO 2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO .....</b>	<b>7</b>
2.1 Ações Afirmativas e Sistema de Cotas - Questões Históricas, Legais, Políticas, Econômicas e Educacionais.....	11
<b>3 CAPÍTULO 3 METODOLOGIA.....</b>	<b>17</b>
<b>4 CAPÍTULO 4 PERFIL DA POPULAÇÃO PESQUISADA .....</b>	<b>20</b>
<b>5 CAPÍTULO 5 A PESQUISA DE CAMPO NO IFMG /SJE: .....</b>	<b>31</b>
5.1 Análise Documental .....	31
5.2 Respostas do Questionário .....	36
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>46</b>
<b>7 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>48</b>
<b>8 APÊNDICES:.....</b>	<b>54</b>
Apêndice A .....	55
Apêndice B .....	56
Apêndice C – Questionário aplicado no levantamento de Campo .....	57
<b>9 ANEXOS .....</b>	<b>61</b>
Anexo A .....	62
Anexo B.....	63
Anexo C .....	64

## INTRODUÇÃO

O termo “Ação Afirmativa” surgiu nos Estados Unidos da América na década de 1960, como forma de promover a igualdade de negros e brancos norte-americanos. No Brasil de acordo com o Ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim B. Barbosa Gomes, em seu livro “Ação Afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade: o Direito como Instrumento de Transformação Social: A Experiência dos EUA”, as ações afirmativas são um conjunto de políticas públicas sociais que presa pelo princípio constitucional da igualdade, para reparar alguns grupos historicamente discriminados e dar acesso a bens fundamentais como educação e emprego.

A primeira ação afirmativa do país pode ser considerada na Constituição Federal de 1988 que prevê no seu artigo 37, inciso VIII, que a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos às pessoas deficientes (BRASIL, 1988). A partir de então novas ações foram surgindo.

O primeiro estado a adotar o sistema de cotas foi o Rio de Janeiro em 2000 com a lei nº 3.524/2000 que reservava vagas nas universidades estaduais para estudantes egressos da rede pública. Em 2001 a lei nº 3.708 aprovada, adiciona cota com critério de cor. Já na Universidade de Brasília neste mesmo período também adotou cotas sociais combinada com raciais, porém contestada por uma ação judicial.

A Educação no Estado brasileiro, mesmo apresentando avanços, ainda apresenta grandes desafios a serem enfrentados na área de políticas públicas. Entretanto, os avanços mais significativos que continuam a despontar na área da Educação, bem como a configuração do sistema educacional brasileiro, tal como é conhecido atualmente, foram dados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N.º 9394 de 1996 (LDBEN).

A Constituição Federal, a LDBEN 9.396/1996, dentre outras, representam importantes marcos na história da educação brasileira, pois abrem possibilidades para uma educação de qualidade para todos os brasileiros, como exemplo, a LDBEN introduziu diversas exigências aos entes federativos, tais como as relativas a um gasto mínimo por aluno, de acordo com a renda per capita que cada um deve realizar em sua jurisdição.

A criação da Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, que teve como base o Projeto de Lei nº 73/1999 da deputada Nice Lobão, surgiu para promover a correção das distorções históricas que marcaram a trajetória do país, se apresenta como uma alternativa para efetivação e democratização de oportunidades para o ingresso nas instituições federais por meio de cotas, nas instituições de ensino superior, principalmente, nas federais.

De acordo com o artigo 6º. da Lei nº. 12.711 de 2012, o acompanhamento e implementação da Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, ficou a cargo de um comitê composto por representantes do Ministério da Educação, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com a participação de representantes de outros órgãos, entidades e da sociedade civil.

Conforme descrito no Art. 7º da Lei nº. 12.711/2012 o Poder Executivo promoverá, no prazo de 10 (dez) anos a revisão da Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, referente à ação afirmativa para o acesso às instituições de educação superior, de estudantes pretos, pardos e indígenas, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Para auxiliar no monitoramento e na qualidade das ações prestadas, faz-se necessário o empreendimento de pesquisas para subsidiar esta revisão.

O pesquisador, de formação acadêmica em Normal Superior e Pedagogia, especialização em Gestão Escolar com Abordagens Administrativas e Pedagógicas, ingressante no IFMG – Reitoria em 2010 (seis meses), removido para o *campus* Governador Valadares (1,5 anos) no setor de registro acadêmico e em 2012 removido para o *campus* São

João Evangelista, com atuação na coordenação de registros escolares até 2017, participação em comissão de vestibular, comissão permanente de avaliação (CPA), bancas de TCC e processos seletivos de professores e estagiários, contribuirá nesta revisão da Lei.

A escolha da temática se deu por ouvir docentes, discentes e comunidade escolar do IFMG/SJE comentarem que “caiu” o nível de rendimento de alunos e qualificação dos mesmos após o ingresso dos cotistas, surge assim o desejo de investigar qual a realidade do *campus* São João Evangelista a esta problemática, pois acompanho de perto o processo desde a implantação da lei em 2013 no IFMG e a pesquisa servirá de base para tomada de decisão da Gestão Escolar a fim de criar meios de nivelamento, de acompanhamento, pois a Lei nº 12.711 de 2012 está em vigor e continuará recebendo mais cotistas.

A temática se insere na Linha de Pesquisa de Educação e Gestão do Ensino Agrícola do PPGEA, UFRRJ.

Mário Quintana já dizia, “só o desejo inquieto que não passa, faz o encontro da coisa desejada...” (QUINTANA, 2005.). Assim o presente estudo passa pelo desejo de conhecer a trajetória e desempenho dos estudantes que ingressaram no curso Bacharelado em Agronomia do IFMG/SJE, em 2013, por considerar a relevância do curso para a Instituição e comunidade, e ser a 1ª. turma após a Lei nº. 12.711/2012 entrar em vigor.

Em atendimento à Lei 12.711 de 2012, no IFMG/SJE as vagas em 2013 ficaram assim distribuídas no ensino superior: 50% das vagas reservadas para cotas, alunos que estudaram todo o ensino médio em escola pública, com renda familiar per-capita igual ou inferior a 1,5 salários mínimos e que se autodeclararam preto, pardo ou indígena (AF1A), alunos que estudaram todo o ensino médio em escola pública, com renda familiar per-capita igual ou inferior a 1,5 salários mínimos independentemente da cor (AF1B), alunos que estudaram todo o ensino médio em escola pública, independente da renda familiar per-capita e que se autodeclararam preto, pardo ou indígena (AF2A), alunos que estudaram todo o ensino médio em escola pública, independente da renda familiar per-capita e independentemente da cor (AF2B), sendo que os outros 50% das vagas foram destinados à ampla concorrência (AC), ou seja, todos que concluíram o ensino médio.

O termo cotista nesta pesquisa refere-se ao candidato que ingressou na Instituição em atendimento a Lei nº. 12.711/2012.

Esta pesquisa tem como objetivo geral: Analisar a trajetória acadêmica dos egressos cotistas do curso Bacharelado em Agronomia do Instituto Federal de Minas Gerais, *Campus* São João Evangelista no período 2013-2018.1 e com os objetivos específicos:

- Caracterizar do ponto de vista teórico-metodológico a Lei de Cotas, estudos na área e a percepção dos autores.
- Caracterizar o perfil dos estudantes-cotistas do curso Bacharelado em Agronomia do IFMG/SJE através dos dados registrados na matrícula pela secretaria acadêmica da Instituição que ingressaram em 2013 e concluíram o curso até agosto de 2018.
- Descrever a trajetória de formação e o desempenho acadêmico dos egressos cotistas matriculados em 2013 no curso Bacharelado em Agronomia do IFMG/SJE e que concluíram o curso até agosto de 2018, através de relatórios e registros documentais do IFMG.
- Analisar os principais resultados decorrentes da formação acadêmica dos egressos cotistas do Curso Bacharelado em Agronomia da turma de 2013 do IFMG/SJE.

Esta pesquisa foi desenvolvida em capítulos que se seguem, a fim de atingir os objetivos propostos:

No capítulo 1, foi descrito o *locus* desta pesquisa: O Instituto Federal De Minas Gerais (IFMG) e o *Campus* São João Evangelista (SJE), foi descrito a fim de conhecer a instituição onde foi desenvolvida a pesquisa, assim como o curso Bacharelado Em Agronomia do

IFMG/SJE, de suma importância para o desenvolvimento econômico da região de característica agrícola e também para traçar o perfil dos egressos pesquisados.

No capítulo 2, Referencial Teórico-Metodológico, foram registradas várias posições de pesquisadores sobre o tema de políticas públicas, ação afirmativa, igualdade e diferenças, voltadas para a educação. As Ações Afirmativas e Sistema de Cotas – Questões Históricas, Legais, Políticas, Econômicas e Educacionais, as leis foram descritas para fundamentar esta pesquisa, aliada a alguns pesquisadores estudiosos sobre o tema de ações afirmativas.

No capítulo 3 foi apresentada a metodologia da pesquisa baseada em referenciais teóricos de autores apontados, e a descrição do passo a passo a fim de atingir os objetivos propostos.

A partir dos procedimentos metodológicos, surgiram os dois próximos capítulos. O capítulo 4: Perfil da População Pesquisada, que através dos registros dos setores internos do IFMG/SJE e editais de processos seletivos, em contrapartida a parâmetros regionais e nacionais foram apresentados os resultados.

No capítulo 5 foi realizada a análise da amostragem em documentos de registros internos do IFMG/SJE nos seus diversos setores, a fim de melhor apresentar a trajetória dos cotistas pesquisados. O objetivo foi ampliar as informações da trajetória dos cotistas estudados e também verificar a atual situação deles na vida profissional e social, foi aqui registrado.

Por fim foram apresentadas as Considerações Finais, nas quais foram apontados, na percepção do pesquisador, os dados mais relevantes desta pesquisa, sua posição sobre a Lei nº 12.711/2012 e a importância das pesquisas de ações afirmativas, para que os menos favorecidos sejam evidenciados.

# 1 CAPÍTULO 1

## LÓCUS DESTA PESQUISA: O INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS (IFMG) E O CAMPUS SÃO JOÃO EVANGELISTA (SJE)

### 1.1 O Instituto Federal de Minas Gerais e o IFMG/SJE

O IFMG foi criado pelo governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, integrando os Centros Federais de Educação Tecnológica de Ouro Preto e Bambuí, e duas unidades descentralizadas de Formiga e Congonhas e a Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista.

O IFMG/SJE está localizado na cidade de São João Evangelista no centro nordeste de Minas Gerais a 280 km da capital mineira, no Vale do Rio Doce. O município faz parte da bacia do Rio Suaçuí e possui topografia montanhosa. A principal atividade econômica é a agropecuária. Os principais produtos são: leite, eucaliptos, milho e feijão, apresentando, também, potencial para fruticultura e café irrigado. De acordo com o IBGE/2017, a população estimada de 16.083 habitantes e PIB per-capita/2015 de R\$9.966,95.

O *campus* São João Evangelista, pertencente ao IFMG, foi criado em 1951 como Escola de Iniciação Agrícola. Em 1964 houve a alteração na denominação para Ginásio Agrícola e em 1970 é alterada a denominação para Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista (EAFSJE), tornando-se uma autarquia em 1993. Em 2008, a EAFSJE passa a compor um dos Campi do IFMG.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018 do IFMG a instituição tem como Missão: "Promover educação básica, profissional e superior, nos diferentes níveis e modalidades, em benefício da sociedade." Hoje o IFMG é composto por 18 campi e surge como uma oportunidade a mais para os ingressantes acadêmicos. Tendo como Visão: "Ser reconhecida nacionalmente como instituição promotora de educação de excelência, integrando Ensino, Pesquisa e Extensão." Com isso, elevar o ensino-aprendizagem e dar oportunidades para a participação da comunidade externa. Finalidades: "Formar e qualificar profissionais nas diferentes modalidades, em estreita articulação com as demandas da sociedade e do mercado de trabalho", para que os mesmos, após a colação de grau, possam exercer a profissão com sabedoria e ética. (PDI/IFMG, 2015, p.20-24).

No que concerne a sua estrutura física, o IFMG/SJE conta ainda com quatro prédios escolares, prédio administrativo, suinocultura, bovinocultura, aviário, horticultura, viveiros de mudas, laboratório de agrimensura, topografia, sementes, tratamento de água, informática, energia, herbário, refeitório, setor de agroindústria, alojamentos masculino e feminino para os estudantes do ensino médio integrado, cantinas, reprografia, área de práticas esportiva coberta e externa, biblioteca, sala de videoconferência, teatro e anfiteatro, atendimento médico, odontológico e psicológico.

No primeiro semestre de 2018, no IFMG/SJE, encontram-se regularmente matriculados 1.276 alunos, sendo 03 cursos técnicos integrados ao ensino médio: Agropecuária com 217 alunos matriculados, Informática com 209 alunos matriculados e Nutrição e Dietética com 210 alunos matriculados; 01 curso Técnico Subsequente em Agrimensura com 23 alunos matriculados; 01 curso de Licenciatura em Matemática com 129 alunos matriculados; 04 cursos de bacharelados: Agronomia com 156 alunos matriculados, Engenharia Florestal com 117 alunos matriculados, Sistemas de Informação com 123 alunos

matriculados e Administração com 38 alunos matriculados e 1 curso de pós-graduação *Lato Sensu* em Meio Ambiente com 54 alunos matriculados.

O IFMG/SJE conta com um total de 81 professores efetivos, 12 docentes substitutos, 86 técnicos administrativos e 24 servidores anistiados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). O *locus* desta investigação será o Bacharelado em Agronomia, que pelas raízes agrárias da instituição, é um curso de tradição.

## 1.2 O Curso de Bacharelado em Agronomia do IFMG/SJE:

A criação do curso de Agronomia no IFMG/SJE, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), consolidou-se ao perceber a importância da agricultura para a cidade e seu entorno, região de característica agrícola, aliado ao capital humano altamente capacitado (docentes e técnicos administrativos), bem como a infraestrutura já existente dos cursos técnico em meio ambiente e técnico em agropecuária do campus. A fim de inserir no mundo do trabalho, profissionais capacitados para trabalhar na área de pesquisa, ensino e extensão, assim como no desenvolvimento de tecnologias sustentáveis para agricultura, recuperação de áreas degradadas, para atendimento ao pequeno e médio produtor agrícola da região, produção agrícola racional, mecanização agrícola, armazenamento e conservação de alimentos.

O curso Bacharelado em Agronomia no IFMG/SJE foi autorizado por meio da Portaria do IFMG nº 181, em 04/03/2011, Portaria de Reconhecimento de Curso nº 1036, em 23/12/2015 e Portaria de Renovação de Reconhecimento nº 136 em 01/03/2018.

O Curso Bacharelado em Agronomia do IFMG/SJE, de acordo com o PPC, funciona na modalidade de ensino presencial, regime de matrícula semestral, tempo de integralização mínimo de 10 semestres e máximo de 20 semestres, de carga horária mínima de 4.200 horas, turno integral, forma de ingresso vestibular, Sistema de Seleção Unificada (SISU), transferência interna, transferência externa e obtenção de novo título. Atualmente, está funcionando no prédio de Ciências Agrárias, estrutura nova e moderna, composto por quatro salas de aulas com capacidade de 40 alunos, uma sala com capacidade de 80 alunos, sala de coordenação de curso, gabinetes de professores, banheiros acessíveis e 13 laboratórios: nutrição animal e zoologia; física da madeira; química da madeira; entomologia; sementes; fitopatologia; microscopia; fisiologia vegetal; microbiologia; informática; botânica e ecologia; e 28 professores atuantes no curso, sendo 01 coordenador.

De acordo com os dados de registro escolar do IFMG/SJE em agosto de 2018, referente ao curso bacharelado em agronomia, a tabela a seguir demonstra a relação de ingressantes, formados e em curso, alocados por ano de ingresso para facilitar a compreensão e interpretação dos resultados da pesquisa.

**Tabela 1:** Situação dos alunos de agronomia por turma em 31/08/2018.

Ano de ingresso	Ingressantes	Formados	Em curso
2011	34	15	04
2012	36	23	01
2013	40	13	8
2014	37	-	20
2015	34	-	23
2016	37	-	32
2017	35	-	23
2018	38	-	38
Total	295	48	156

Fonte: Secretaria de Registro Escolar IFMG/SJE, adaptado pelo pesquisador.

A população da pesquisa foi delimitada aos 40 discentes do IFMG/SJE do curso Bacharelado em Agronomia, ingressantes de 2013, seja por vestibular, SISU, transferência externa ou obtenção de novo título. Outro motivo é o fato de ser a primeira turma de ingressantes, com base na Lei nº 12.711/2012 e que concluiu o curso na Instituição.

A amostra foi uma representatividade qualitativa destes egressos que concluíram o curso até 31/08/2018. O curso escolhido Bacharelado em Agronomia, por considerar a relevância histórica da área agrícola para a Instituição e para a comunidade, uma vez que o primeiro curso desta escola foi o Ginásio Agrícola em 1962, em 1978 Técnico em Agropecuária, em 2006 Tecnologia em Silvicultura e em 2011 Bacharelado em Agronomia. Outro fator relevante da escolha foi de verificar a continuidade dos egressos de Técnico em Agropecuária da IES que optaram em cursar Agronomia.

No decorrer da pesquisa, surgiram outras questões que referenciaram à legitimidade das políticas públicas educacionais, possibilitando compreender o domínio exercido pelo Estado de Direito sobre esta camada da sociedade brasileira em que estes alunos estão inseridos.

Esta pesquisa demonstra a trajetória acadêmica, índices de alunos cotistas referentes aos dados de evasão escolar, desempenho acadêmico, uso do espaço físico, bolsas, participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão e em outras atividades extracurriculares no IFMG/SJE do curso bacharelado em agronomia, turma 2013.

Desta forma a relevância científica da pesquisa será em subsidiar os gestores da Instituição na tomada de decisão, com base nos resultados e também fortalecer dados estatísticos que corroborem para analisar os resultados da política pública de inclusão e de ações afirmativas na instituição, a fim de subsidiar o governo na revisão da Lei nº 12.711/2012.

## 2 CAPÍTULO 2

### REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Neste capítulo serão registradas várias posições de pesquisadores sobre o tema de políticas públicas, ação afirmativa, igualdade e diferenças, voltadas para a educação.

O Sistema Educacional passa por desafios, e um deles, tem sido de unir família/escola de forma efetiva. Embora, uma ascensão das políticas públicas nos últimos governos e o apoio das instituições de ensino, os componentes extraescolares continuam sendo o grande obstáculo.

Quadro geral, neste início de século, é de, por um lado, melhoria dos indicadores básicos, devido à melhoria social da família, mudanças estruturais (urbanização, industrialização, mudanças no mercado de trabalho) e melhor desempenho do sistema escolar, como um todo. (SILVA e HASENBALG, 2000; SILVA, 2003).

Em contrapartida, não há indícios de efeito das origens sociais sobre o alcance educacional individual. (MONTALVÃO, 2011, p. 393).

Assim, Burgos (2013), retrata o poder da escola pública na construção social do aluno como tarefa da gestão escolar, de forma a participar efetivamente dos processos sociológicos da origem do aluno, para que o mesmo sempre tenha a escola como referência:

Precisa estar prevenida para as armadilhas que sua localização e o tipo de público que atrai produzem no seu cotidiano. Assim é que somente participando da construção do aluno poderá fazer valer o efeito escola. Para isso, precisará entrar no jogo da disputa de identidades, criando um clima escolar capaz de produzir sentimento de pertencimento. (BURGOS, 2013, p.15).

De acordo com Freire (2016 p.28), no livro *Pedagogia da Solidariedade*, “Nós somos a relação entre a herança genética e a herança cultural e histórica”. A inserção dos cotistas nas universidades brasileiras possibilita a oportunidade de construir uma histórica concreta destes atores sociais, com um horizonte de opções devido à interação com o mundo acadêmico, novas culturas, novos saberes, leva-os ao crescimento pessoal e humanitário, para sim na hora devida ter a sua escolha de forma igualitária.

Segundo os estudos de Nogueira; Nonato (2017), quando se refere à escolha dos cursos superiores pelos estudantes, vários fatores influenciam nesta tomada de decisão, que sociologicamente as desigualdades somente mudam de nível:

Conforme a situação econômica da família, abrem-se ou fecham-se, portanto, portas no ensino superior. Se para alguns é possível escolher um curso mais longo, que exija dedicação integral, que seja fora da cidade de origem ou mesmo que seja oferecido por instituição privada, para outros, toda essas opções são inviáveis”. (NONATO; NOGUEIRA, 2017, p.5)

Ainda, corroborando nesta análise, Barros (2017) discute igualdade e diferença por meio de conceitos em contraponto das desigualdades, de modo que a desigualdade pode ser minimizada ao enxergar as diferenças:

Se as diferenças são inevitáveis e desejáveis, pode-se sonhar, entretanto, que em um dia elas serão tratadas socialmente com menos desigualdade. Por isso, as lutas sociais não se orientam em geral para abolir as diferenças, mas sim para abolir ou minimizar as desigualdades. (BARROS, 2017, p.5)

O ambiente escolar é composto por uma diversidade sociocultural que é indispensável na formação da cidadania do educando, na visão de Gomes (2005), as práticas pedagógicas curriculares têm relevância na educabilidade do ser humano.

Assim, como Gomes (2005) e Boakari (1999), a formação do educando como rotina do espaço escolar, Libâneo (1994, p.39,) chama de democratização do ensino, “Para que a igualdade seja real e não apenas formal, o ensino básico deve atender a diversidade da clientela, tanto social como individual”. Desta forma ele supõe que o princípio da igualdade e o princípio da diversidade andam juntos para atingirem a democratização real do ensino.

De acordo com a Lei nº. 10.639/2003 que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino Público e Privado, a obrigatoriedade do tema “História e Cultura Afro-Brasileira”, as Instituições de Ensino deveriam zelar pela igualdade substancial dos cidadãos para inibir discriminações raciais, gênero, classe e até mesmo física dos grupos sociais.

Barbosa: Vieira (2017) descreveram sobre a educação pública e retrata sobre a forma de educar em análise das críticas às políticas de ação afirmativas, a saber:

No caso da educação pública e do ensino de qualidade, as políticas de ação afirmativa, as cotas para negros e a obrigatoriedade do ensino das histórias dos povos africanos e ameríndios, inserem, de maneira irreversível, uma cunha no processo que estava em curso até fins da década de 1970. Pensar e refletir sobre a educação e a escola pública e o ensino de qualidade passa, obrigatoriamente, por outro tipo de compromisso político e educacional. Trata-se fundamentalmente, de educar pela diferença para a igualdade. (BARBOSA; VIEIRA, 2017, p.13)

Fernandes; Roberto; Oliveira, (2015 orgs.), sugerem que a abordagem aconteça em outras áreas do conhecimento, além da pedagogia para garantir uma perspectiva intercultural na educação brasileira:

Para que possamos garantir uma perspectiva intercultural no contexto educacional brasileiro é preciso ampliar as redes de formação docente que contemplem tais abordagens desde a formação inicial até as universidades. O respeito e a sensibilidade para com o trato das diversidades não deve ser território exclusivo da Pedagogia enquanto Ciência da Educação, mas uma abordagem que abarque outras áreas de conhecimento no universo das Ciências Sociais e Humanas. (FERNANDES; ROBERTO; OLIVEIRA, 2015 orgs., p.19).

Ainda sobre os autores acima, demonstram que o racismo perpetua na atualidade e medidas devem ser tomadas para garantia dos direitos iguais:

Quaisquer que sejam as diretrizes curriculares para os cursos de formação de professores, é necessário que elas garantam a formação de profissionais que, de fato, ensinem, tenham humildade para aprender com seus alunos, respeitem as diferenças e os diferentes, reconheçam a realidade de sua escola como o ponto de partida e não o “ponto de parada” sejam coerentes nos seus discursos e nas suas práticas. (FERNANDES; ROBERTO; OLIVEIRA, 2015, p.76).

Fernandes, (2008) descreve sobre o preconceito da cor como forma de prolongar a escravidão dos negros:

Esse complexo contexto histórico-social faz com que o “preconceito da cor” apareça na consciência do “branco”, tanto sob os aspectos etológicos, quanto sob os aspectos metodológicos, como se constituísse uma necessidade maldita. O negro prolonga assim, o destino do *escravo*, pois a escravidão suscitou a mesma sorte de reações estandardizadas. (FERNANDES, 2008, p.430)

Outra investigação que contribui nesta reflexão são os estudos de Louro, (2011), em que relata sobre as diversas formas de classificações usadas pelas instituições de ensino, para separar os estudantes:

Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação destrutiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos – tomando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tenham acesso. Ela dividiu, também, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento hierarquização. (LOURO, 2011, p. 61).

Bourdieu; Passeron (1982, p.19) discorrem que “poder surge dissimuladamente nas relações de forças, demarcadas de acordos com as posições que cada agente ocupa no espaço escolar, as quais dependem, também, da sua posição no espaço social”. Desta forma, não só a gestão escolar, e sim, todos devem participar efetivamente das ações desenvolvidas na escola para que o discente reconheça a importância de cada agente no ambiente escolar e não apenas a hierarquia e o poder que um exerce sobre o outro.

Nesta mesma reflexão, segundo Gomes (2002), se manter uma política de exclusão em relação a um grupo expressivo, não há desenvolvimento:

A história universal não registra, na era contemporânea, nenhum exemplo de nação que tenha se erguido de uma condição periférica para potência econômica e política, digna de respeito na cena política internacional, mantendo no plano doméstico uma política de exclusão, aberta ou dissimulada, legal ou meramente informal, em relação a uma parcela expressiva de seu povo. (GOMES, 2002, p.129).

Já Schultz (1973), relata sobre o investimento em capital humano e pela qualidade dos recursos humanos, gerando satisfação e produtividade:

O ensino escolar é mais do que uma atividade de consumo, no sentido de que não é seguido unicamente para obtenção de satisfação ou de utilidade durante a frequência à escola. Pelo contrário, os custos públicos e privados do ensino escolar são enfrentados deliberadamente para a aquisição de um cabedal produtivo, incorporado aos seres humanos e que proporciona futuros serviços. Estes serviços consistem em futuras rendas, futura capacidade de auto emprego e atividade familiar e futuras satisfações de consumo. (SCHULTZ, 1973, p. 47)

As políticas afirmativas visam principalmente reparar a desigualdade presente no nosso sistema educacional, o qual por muito tempo reservou aos menos favorecidos uma educação extremamente inferior em relação aos mais abastados.

Santos (2012 org.) descreve como surge a necessidade de ação afirmativa nas universidades brasileiras:

Implicitamente, o processo de adoção das ações afirmativas e seus significados remetem à emergência de termos definidores do que seriam políticas diferenciadas para grupos e populações excluídas. E as universidades públicas tornaram-se *locus* privilegiado na sociedade brasileira para se entender a forma como discursos de manutenção de status e poder apareciam na esfera pública. Lugar de reprodução das desigualdades, a academia teve que sair das suas vestais e responder com propostas e ações. (SANTOS, 2012, p.14)

Assim como o Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ações Afirmativas (GEMAA):

Ação Afirmativa são políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural. (GEMAA).

A demanda por Ações Afirmativas no ensino superior brasileiro, segundo Santos (2015, p.5) é “como mais um artifício do acúmulo de lutas dos movimentos negros brasileiros pela educação e conquista da tão desejada cidadania plena”. Estas ações afirmativas direcionadas à reserva de vagas, principalmente no acesso ao ensino superior brasileiro, são conhecidas popularmente como “cota”, ou seja, uma parcela reservada a um determinado grupo.

As ações afirmativas apresentam a característica de serem, a princípio, planos emergenciais, e sua caracterização dá-se, por exemplo, por meio dos sistemas de cotas, leis, projetos, entre outros mecanismos utilizados. Porém, ainda são vistos com muitas ressalvas por parte da população brasileira.

As instituições de ensino superior que possuem prestígio oferecem maior resistência em adotar o ingresso por meio de cotas, por considerar que o mérito de se passar no vestibular não exclui ninguém, apenas desqualifica os que não estão preparados para ingressar no ensino superior. Mendes (2017) relata sobre este mérito e estas instituições:

Mérito, seria o atributo individual de alguém que reúne os conhecimentos considerados como mínimo para cursar uma graduação. Esta noção de recompensa (“passar”) por esforço (“estudar”) se sustenta a partir das condições históricas do sistema educacional brasileiro, no qual há uma clivagem essencial entre sistema público e sistema privado, estabelecendo, grosso modo, um viés de classe (dualismo) no acesso a instituições de alta concorrência. (MENDES, 2017, p.1)

No artigo de Denise Carreira (2017), a autora aborda os obstáculos e desafios das políticas de diversidade nos governos Lula e Dilma em que considera o quanto a atual configuração do Estado Brasileiro é desfavorável à execução orçamentária das políticas de diversidade na educação, apontando como um dos fatores o crescimento de grupos conservadores contrários a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi).

Segundo Carvalho (2014), que mesmo depois de 10 anos de cotas nas Universidades Brasileiras, a região Sudeste do Brasil é a que menos inclui Pretos, Pardos e Indígenas (PPI), isto influenciado pelas grandes universidades USP, UNICAMP e UNESP: “Mudança garantiu avanços nacionais em termos de inclusão, mas São Paulo ainda se recusa a estabelecer ações afirmativas para negros, pardos e indígenas”.

Barros (2017) relata sobre a indiferença às políticas de ação afirmativa como forma de tratamento igual a seres desiguais:

O que são as “políticas de afirmação” – a exemplo dos “sistemas de cotas” que reservam vagas na Educação Superior para setores discriminados – senão uma forma de resistência contra a “diferenciação”, aqui tomada no sentido de desconsideração das diferenças e desigualdades efetivas com vistas ao estabelecimento de uma desigualdade com aparência de igualdade? (BARROS, 2017, p.)

No artigo de Bezerra; Gurgel (2012), “A Política Pública de Cotas em Universidades, enquanto instrumento de Inclusão Social”, pesquisa realizada com estudantes cotistas e não

cotistas, ingressantes em 2005 e 2006 em 06 cursos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), os autores comprovam ser um mito que os cotistas têm o maior número de evasão e o menor rendimento acadêmico que os não cotistas. Fato que os levam à seguinte conclusão:

Não obstante o resultado medíocre obtido no Vestibular, os alunos cotistas superaram as deficiências curriculares iniciais, tendo sido capazes de acompanhar o desenvolvimento das matérias ministradas em sala de aula, tão bem quanto os seus colegas que não se valeram do sistema de cotas para adentrar a Universidade. (BEZERRA; GURGEL, 2012, p.106)

Os bons resultados dos cotistas, mesmo sendo questionados, produzem um efeito transformador de acordo com Bezerra; Gurgel (2012)

Ainda que a política de cotas seja frequentemente colocada à prova pelo Sistema Legislativo, Judiciário, no Ambiente Acadêmico e pelos meios de comunicação, os resultados do aprendizado, revelados em notas obtidas ao longo dos cursos estudados, demonstram o efeito transformador por que passam seus beneficiários diretos. (BEZERRA; GURGEL, 2012, p.113)

Nesta etapa será abordado as Ações Afirmativas e Sistema de Cotas – Questões Históricas, Legais, Políticas, Econômicas e Educacionais, as leis foram descritas para fundamentar esta pesquisa, aliada a alguns pesquisadores estudiosos sobre o tema de ações afirmativas.

## **2.1 Ações Afirmativas e Sistema de Cotas - Questões Históricas, Legais, Políticas, Econômicas e Educacionais.**

De acordo com os autores estudados, a expressão “ação afirmativa” foi usada em primeira mão na década de 1960 pelos Estados Unidos da América para combater as diferenças entre brancos e negros através de uma política governamental. No Brasil, a luta pelas ações afirmativas é antiga mas foi com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização e Promoção da População Negra, em 1995, e o Programa Nacional de Direitos Humanos em 1996 que o termo ficou popularmente conhecido.

A fim de dar prosseguimento na pesquisa será registrada as ações afirmativas e sistemas de cotas de abrangência nacional, suas controvérsias e também as ações implantadas no IFMG/SJE.

Assim a Lei nº 5.465 de 03/07/1968, mais conhecida como a Lei do Boi foi a pioneira:

**Art. 1º.** Os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidos pela União, reservarão, anualmente, de preferência, de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam com suas famílias na zona rural e 30% (trinta por cento) a agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam em cidades ou vilas que não possuam estabelecimentos de ensino médio. (Brasil, 1968)

A Lei do Boi, em dias atuais, teria outros rumos pelos grupos organizados, porém a 50 anos atrás, a elite dominante era organizada e usufruíam dos benefícios e os contrários em grupos menores não tinham força. Assim Oliveira (2012), descreve no Jornal O Popular em 24/08/2012:

A Lei do Boi foi revogada em 1985, portanto, 17 anos após a sua criação. Todavia existem boas razões para questioná-la. A primeira é que a Lei do boi, ao desconsiderar as condições sociais dos filhos dos camponeses, atendia apenas aos filhos da elite rural. Segundo, se propunha ao estabelecer uma política permanente, ou seja, sem previsão de término. (OLIVEIRA, 2012)

Em 15/06/1983 o Deputado Abdias Nascimento entrou com um Projeto de Lei (PL) nº 1.332, sendo arquivado. Porém pode-se considerar o primeiro projeto neste segmento de reserva de vagas raciais:

Dispoe sobre ação compensatória visando a implementação do principio da isonomia social do negro, em relação aos demais segmentos étnicos da população brasileira, conforme direito assegurado pelo Art. 153 § 1º da constituição da república. (Câmara dos Deputados, 1983)

A Lei nº 9394 de 1996 (LDBEN), introduziu diversas exigências, tais como a gratuidade e dever do Estado à educação escolar pública para o ensino fundamental, alterada pela Emenda Constitucional 59, de 2009 para a Educação Básica, inclusive para os que estão fora da faixa etária regular, estabelecer o atendimento especializado e gratuito à educandos com deficiência, preferencialmente nas escolas regulares, estabeleceu também um custo mínimo por aluno a fim de garantir a qualidade do ensino, entre outros.

Porém Alvarez (2016) descreve que muitos profissionais da educação que participaram de simpósios, congressos e seminários para a construção do projeto inicial da LDBEN, ficaram frustrados, pois vários tópicos saíram ou foram alterados durante o processo até tornar-se a Lei 9394/1996.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), 1ª edição em 1998, (Portal MEC), cujo objetivo auxiliar as escolas através de uma ferramenta de planejamento gerencial para melhorar a qualidade de ensino e da aprendizagem.

A Lei nº 10.639/2003 que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino Público e Privado, a obrigatoriedade do tema “História e Cultura Afro-Brasileira”, com objetivo de zelar pela igualdade substancial dos cidadãos em termos de raças, gênero, classe e até mesmo física dos grupos sociais, na prática muito ignorada por gestões de ensino para evitar conflitos na comunidade escolar. (FERNANDES; ROBERTO; OLIVEIRA, 2015, p.79-110)

A Lei nº 12.288 de 21/07/2010 que institui o Estatuto da Igualdade Racial:

No art. 1º esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. (DOU, 21/07/2010)

De acordo com Genro; Rossi; Ribas (2010), dentre vários fatores, identificação da raça, da “população negra”, esta lei está semeando a discriminação entre os cidadãos brasileiros:

Verifica-se que a legislação é intitulada “Estatuto da Igualdade Racial”, porém destina-se, conforme se aduz da norma em tela, à garantia de direitos tão somente da população negra. A legislação, dessa forma, em uma primeira análise, visaria à promoção da igualdade de todas as “raças”, entretanto, curiosamente não realiza qualquer referência a outras possíveis origens. Inobstante, é de se ressaltar que a própria divisão da espécie humana em “raças” já é, por si só, demasiado discriminatória. (GENRO; ROSSI; RIBAS, 2010)

De acordo com depoimento do Antropólogo Kabengele Munanga à Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), ele considera que é apenas

um motivo a mais para continuar lutando por novas conquistas: “O resultado obtido com a aprovação deste Estatuto, que passou por numerosas negociações, acompanhadas de modificações, é muito significativo para uma luta feita com armas tão desiguais” (KABENGELE 2010, SEPPIR, 2015).

O Programa Universidade para Todos (PROUNI), Medida Provisória nº 213 de 10/09/2004, Lei nº 11.096 de 13/01/2005:

Art. 1º Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. (BRASIL 2005)

De acordo com Catani; Hey; Gilioli (2006), do Projeto de Lei até a promulgação da Lei em 2015 o PROUNI foi moldado para beneficiar as IES privadas e o projeto inicial sendo retalhado:

O Prouni é comumente visto como mais uma política pública, particularmente por abrigar o preceito das cotas, mas destaca-se o fato de manter um sistema de ensino nos moldes privatizantes traçados durante os anos 1990. Nesse sentido, traz uma noção falsa de democratização, pois legitima a distinção dos estudantes por camada social de acordo com o acesso aos diferentes tipos de instituições (prioridade para a inserção precária dos pobres no espaço privado), ou seja, contribui para a manutenção da estratificação social existente. (CATANI; HEY; GILIOLI, 2006.)

O Decreto Lei nº 5.800/2006, que dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), modalidade de educação à distância (EAD), a fim de expandir e levar o ensino superior para o interior do país, funciona em parceria entre os níveis governamentais federal, estadual e municipal e instituições públicas de ensino superior a fim de promover a implantação e a execução de cursos de graduação à distância. Para Costa (2012), o sistema UAB deve ser acompanhado de perto pelo MEC e também alerta sobre a importância de pesquisas sobre UAB a fim de indicar possíveis falhas no processo de ensino-aprendizagem:

No projeto de consecução do Sistema UAB está explícito que todo o processo deverá ser acompanhado pelo MEC, desde a construção dos polos de apoio presencial até a elaboração do conteúdo programático dos cursos. Mais do que isto, salientamos a necessidade de uma avaliação constante para verificar se os polos de apoio presencial e os cursos superiores ofertados na modalidade de educação a distância atendem, de fato, os mesmos padrões de qualidade dos cursos regulares. (COSTA, 2012, p.292)

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), conforme Decreto nº 6.096, de 24/04/2007, “com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação” com uma das diretrizes “ampliação das políticas de inclusão e assistência estudantil”.

Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, Decreto nº 7.234 de 19/07/2010, regulamenta o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o qual busca garantir melhores condições de permanência no ensino superior federal para os estudantes de baixa renda em 10 áreas:

Moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de

estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (BRASIL, 2010).

Segundo Dutra; Santos (2017) *in* Andifes (2016), diante da atual situação político-econômica em que atravessa o Brasil, as verbas destinadas à Assistência Estudantil (AE) tendem a sofrer cortes significativos que implicará em problemas para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) que continuam em ascensão. Outros entraves se dão por alguns “pares de oposições, tais como: gasto x investimento, concessão x direito, universalidade x seletividade, recursos mínimos x integralidade etc.”

Apesar dos progressos decorrentes das lutas e conseqüente institucionalização da AE em âmbito nacional, que conduziram a uma visão mais ampla desse objeto, não se pode falar de uma única AE. Nos conceitos propostos encontram-se divergências quanto a alguns aspectos que ainda mobilizam os debates em torno do tema. Dentre os aspectos em volta dos quais circulam as principais polêmicas, destacam-se os seguintes: o público a que se destina a AE; a abrangência das ações desenvolvidas na área; e a gestão do Programa nas IFES. (DUTRA; SANTOS, 2017, p.162).

O Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), foi lançado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em janeiro de 2007, como forma de incentivo e valorização da formação docente para a educação básica, tornando-se Lei nº 12.796, em 04/04/2013, no artigo 62:

§ 5º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios incentivarão a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública mediante programa institucional de bolsa de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, de graduação plena, nas instituições de educação superior. (BRASIL, 2013).

De acordo com Assis (2017), PIBID não é simplesmente aliar teoria e prática, mas também reconstruir com inovações pedagógicas:

A aproximação de professores experientes da escola e da IES e as relações colaborativas estabelecidas com os estudantes em processo de iniciação à docência, potencializam ao mesmo tempo a formação inicial e continuada dos atores envolvidos. (ASSIS, 2017, p.13)

A formação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFES), através da Lei nº 11.892 de 29/12/2008, dentre as finalidades, características e objetivos, foi criada para estimular e apoiar o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, entre outros.

Foram criados 38 IFES e seus campi, como exemplo no Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) que no ato de criação possuía apenas 03 Campi e, no ano de 2019, conta com 17 Campi. Os IFES passaram a chegar no interior e diminuir a distância entre escola e aluno, bem como minimizar os custos de viagem, estadia e moradia, sem contar com o capital humano e estruturas dos IFES que servem de referência para região menos favorecida de universidades e grandes instituições de educação superior.

Outro aspecto da política de redemocratização do acesso, segundo o governo, foi a institucionalização do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado pela Lei nº 12.513 em 26 de outubro de 2011, cujos objetivos são:

- I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.
- VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. (BRASIL, 2011)

Ao associar os objetivos do Pronatec à bolsa formação tende ao sucesso do programa, visto que o aluno terá acesso ao ensino gratuito, de qualidade e ainda receberá um valor referente à bolsa formação, estudante ou trabalhador, quando se apresenta com prioridades de seleção os estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos. Porém na execução que os sujeitos são colocados à prova, as demandas e expectativas do aluno e da comunidade, ao qual esteja inserido, não foram sempre atendidas.

Para Lira (2016), para atingir o objetivo de um programa como o Pronatec, não pode ser tratado de forma simplista, deve-se considerar o contexto social, político e econômico nas escolhas dos cursos e na forma de aplicação e desenvolvimento do ensino-aprendizagem:

A preparação para o trabalho passa não apenas pelo treinamento e pela qualificação técnica, mas por munir os alunos de um senso crítico que lhes permita se reconhecer e se defender como um cidadão dotado de direitos que devem ser preservados. A simplificação e o tratamento da qualificação profissional como um mero treinamento significa a perpetuação da exploração e da injustiça. Portanto, não é possível excluir a variável da discussão econômica, ideológica e política quando o tema da empregabilidade e da qualificação profissional está em pauta”. (LIRA, 2016, p.85)

A Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, cujo objetivo principal foi de promover a correção das distorções históricas que marcaram a trajetória do país, se apresentou como uma alternativa para efetivação e democratização de oportunidades para o ingresso nas instituições federais de ensino superior e ensino técnico de nível médio, por meio de cotas:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (BRASIL, 2012).

Esta Lei de cotas desde sua implantação vem sendo discutida com “prós e contras”, conquistas, conflitos, protestos, vitórias, processos jurídicos entre outros. Neste sentido foram

selecionadas algumas publicações de acordo com o referencial teórico estudado por considerar abrangentes.

Para Barbosa; Vieira (2017) ficou percebido que uma das principais reprovações das cotas para pretos e pardos se dá por não ser possível na área da biologia e genética caracterizar a raça no Brasil. Portanto, ao longo da história brasileira, os negros foram discriminados e identificados socialmente pela raça de forma a serem subalternizados. Outra crítica levantada pelos autores sobre o mérito individual para acesso ao ensino superior, em que passar no processo seletivo seria o bastante para o êxito no curso, porém ignorar a procedência dos candidatos cotistas, negros, deficientes para fins de igualdade no “vestibular” seria não enxergar a realidade, que segundo Santos (2006, p.284) “opera pela descaracterização das diferenças e identidades, absolutizando uma delas e ignorando as demais”.

De acordo com Cavalcante; Santos Júnior (2013), o desempenho escolar dos estudantes (satisfatório, insatisfatório, bom, muito bom, razoável, ruim) é influenciado por fatores internos, desde a gestão escolar, docentes, estrutura física, didática e motivação dos professores, motivação dos discentes, metodologia de ensino, e também, externos à escola como ambiente escolar, condição financeira da família, ambiente social onde a escola e/ou família está inserida, entre outros.

Quanto ao investimento em escola pública de educação básica, vistas pelos contrários às ações afirmativas, como forma de crítica as políticas de cotas, estes por sua vez, favoráveis, não se posicionaram contra ao ensino público de qualidade e sim no ensino gratuito, público e de qualidade desde as séries iniciais ao ensino médio, a fim de reduzir as desigualdades no acesso ao ensino superior.

De forma a alcançar os objetivos, esta pesquisa foi desenvolvida com o percurso metodológico apresentado a seguir:

### 3 CAPÍTULO 3

#### METODOLOGIA

A apresentação da estrutura do trabalho é dentro de uma lógica de adequação metodológica e objetividade qualitativa, mediante socialização do conhecimento adquirido, ao longo do curso de Mestrado em Educação na UFRRJ, preservando as normas de formação acadêmica, buscando originalidade e criatividade da adequação na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e Lakatos; Marconi (2003).

Buscando compreender os conceitos básicos e terminologias das organizações do primeiro setor (Estado) na área da Educação, o trabalho vinculou a discussão teórica com os autores que versam sobre o tema em estudo.

O trabalho incluiu a abordagem do estudo (teórico, teórico empírico, quantitativo, qualitativo), tendo como sujeitos de pesquisa, os estudantes do curso de Bacharelado em Agronomia do IFMG/SJE, ingressantes em 2013. As técnicas de coletas de dados e análise dos mesmos, em suas variáveis e categorias, foram pesquisados nos documentos do registro escolar dos alunos, bem como o uso de questionário, para levantar dados que os documentos não puderem fornecer. O passo a passo do procedimento metodológico foi a descrição, análise, discussão e interpretação dos dados.

No primeiro momento, o problema em estudo foi analisado frente à teoria de forma descritiva e outra analítica, a fim de demonstrar a pertinência dos conhecimentos adquiridos nos levantamentos bibliográficos para explicação do problema proposto.

No segundo momento, foi realizado um levantamento e coleta dos dados dos alunos que se matricularam no curso de Bacharelado em Agronomia no ano de 2013 no IFMG/SJE, em especial os cotistas, arquivados na secretaria de registros escolares do IFMG/SJE em meios físicos (pastas individuais de alunos) e dados móveis (banco de dados – Software).

Segundo Lakatos; Marconi (2003, p.174) “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”.

No setor de registro acadêmico, nas fichas de matrículas, conforme Apêndice A, as informações de curso, data de ingresso, sexo, nacionalidade, idade, município/estado de nascimento, estado civil, no questionário socioeconômico preenchido no ato da matrícula inicial, conforme Apêndice B, os dados de renda per-capta familiar, moradia, se estudou em escolas públicas e/ou privadas ao longo da vida acadêmica, o grau de instrução dos pais, e se ingressou por cota ou não, dados essenciais para esta pesquisa. Em meios virtuais e impressos, as notas finais de disciplinas com situação de aprovado e reprovado, coeficiente de rendimentos escolares, (Sistema RM da TOTVS).

A fim de ampliar as informações foi aplicado um questionário misto ao cotista. Segundo Lakatos; Marconi (2003, p.201) o “questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

Gil (2008) define questionário como um procedimento utilizado para investigar, através de questões submetidas às pessoas, com o objetivo de ampliar as informações dos mais diversos âmbitos, costumes, normas, valores, intenções, saberes, comportamentos, dentre outros aspectos. Sua elaboração incide no intuito de transpassar o objetivo da pesquisa em questões características.

Os questionários podem ser abertos, fechados ou mistos:

- a) Abertos: quando solicitam e possibilitam a pessoa que formule sua própria resposta.
- b) Fechados: quando solicita que a pessoa responda questões objetivas, ou ainda escolha de uma das alternativas apresentadas e ainda:
- c) Mistos: quando o instrumento utiliza questões abertas e fechadas conjugadas. Por exemplo, V ou F, assinale a opção, dê exemplos, justifique, dentre outros.

De acordo com Gil (2008), dentre as vantagens e limitações do uso de questionários, vale destacar nesta pesquisa:

Implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige o treinamento dos pesquisadores; garante o anonimato das respostas; permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente; não expõe os pesquisados, à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado. (GIL, 2008, p.122)

Em contrapartida, algumas limitações:

Impede o auxílio ao informante quando este não entende corretamente as instruções ou perguntas; Impede o conhecimento das circunstâncias em que foi respondido, o que pode ser importante na avaliação da qualidade da resposta; Não oferece garantia de que a maioria das pessoas devolva-o devidamente preenchido, o que pode implicar a significativa diminuição da representatividade da amostra; Proporciona resultados bastantes críticos em relação à objetividade, pois os itens podem ter significado diferente para cada sujeito pesquisado. (GIL, 2008, p.122)

Assim, para minimizar algumas limitações do questionário, foi utilizado como base o questionário utilizado na pesquisa de Souza (2016), processo 23267.001584/2015-08 UFRRJ, com adequações. Inicialmente o questionário foi submetido a um pré-teste, na turma de Licenciatura em Educação Física pela UFRRJ, que após ser analisado pelo pesquisador e orientadora com os devidos ajustes foi encaminhamento ao Comitê de Ética na Pesquisa da UFRRJ (COMEP) para aprovação.

Foi usado nesta pesquisa um questionário misto (com questões abertas e fechadas), conforme Apêndice C, enviados por e-mail aos cotistas concluintes do curso de Agronomia turma 2013, através do Google. Os questionários preenchidos foram obtidos através desta ferramenta de simples acesso, *Google Forms*, gratuita, no qual permitiu a construção de um questionário com a possibilidade de acesso em qualquer lugar, armazenados no Google Drive, para facilitar a análise e também de serem enviadas por e-mail, para cada informante, através do seguinte endereço eletrônico: <<https://forms.gle/oS3ankkzhjt3zCjq6>>. De posse dos resultados estes foram transformados em quadros com as respostas descritivas e em planilhas eletrônicas e gráficos.

No setor da coordenação de Estágio e Registros de Empresa (CERE) através da ficha individual de estágio dos discentes, foi verificado as empresas às quais os alunos realizaram estágio com suas respectivas avaliações. No setor de pesquisa e extensão, foram analisados os editais, as submissões e participações em projetos e seminários. No setor da biblioteca, o uso de exemplares e de empréstimos, foi realizado por meio de busca eletrônica por aluno. No setor de atendimento ao educando, os dados relativos à assistência esportiva, pedagógica e apoio social/financeiro foram analisados e transformados em planilhas e gráficos.

No estudo teórico-empírico, foi apresentada a realidade encontrada com as suas respectivas interpretações dos dados. Para melhor visibilidade dos dados coletados foi utilizado as tecnologias de informação e comunicação (TICs), especialmente o “Excel”, para produção de gráficos, quadros e tabelas.

Por fim, de acordo com os dados apurados do IFMG/SJE nesta pesquisa, foi realizado um paralelo com os dados regionais e nacionais do INEP e IBGE, de 2013 a 2016 – Sinopses Estatísticas da Educação Superior, conforme “Anexo A”, “Anexo B” e “Anexo C”, para análise e apontamento de padrões e distorções encontrados. Assim há possibilidade de auxiliar o IFMG nas tomadas de decisão, e também o Governo para revisão da Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012.

## 4 CAPÍTULO 4

### PERFIL DA POPULAÇÃO PESQUISADA

A população desta pesquisa foram os ingressantes de 2013 no curso Bacharelado em Agronomia no IFMG/SJE, que através do Edital nº 026/2012 do Processo Seletivo 2013.1, do Edital nº 005 do SISU/MEC 2013/1, do Edital de Transferência para 2013.1, nº 017/2012 e Edital de Transferência para 2013.2, nº 008/2013 foi verificado a quantidade de vagas ofertadas. Os resultados dos processos seletivos e as matrículas efetivadas foram analisados no setor de registro e controle acadêmico do IFMG/SJE, conforme quadro abaixo:

**Tabela 2:** Oferta e Matrícula - Turma Agronomia 2013

Forma de Ingresso	AF1A		AF1B		AF2A		AF2B		AC	
	Oferta	Matrícula								
SISU	3	3	2	1	3	2	1	0	8	11
VESTIBULAR	3	3	2	2	3	3	1	1	9	9
TRANSFERÊNCIA	0	0	0	0	0	0	0	0	10	1
OBTENÇÃO NOVO TÍTULO	0	0	0	0	0	0	0	0	5	4

Fonte: Secretaria de Registro Escolar IFMG/SJE, adaptado pelo pesquisador.

Para melhor explicar a tabela 2, segue abaixo o quadro conforme descrito no Edital nº 026/2012 do Processo Seletivo 2013.1:

#### **Quadro 1:** Interpretação das Siglas

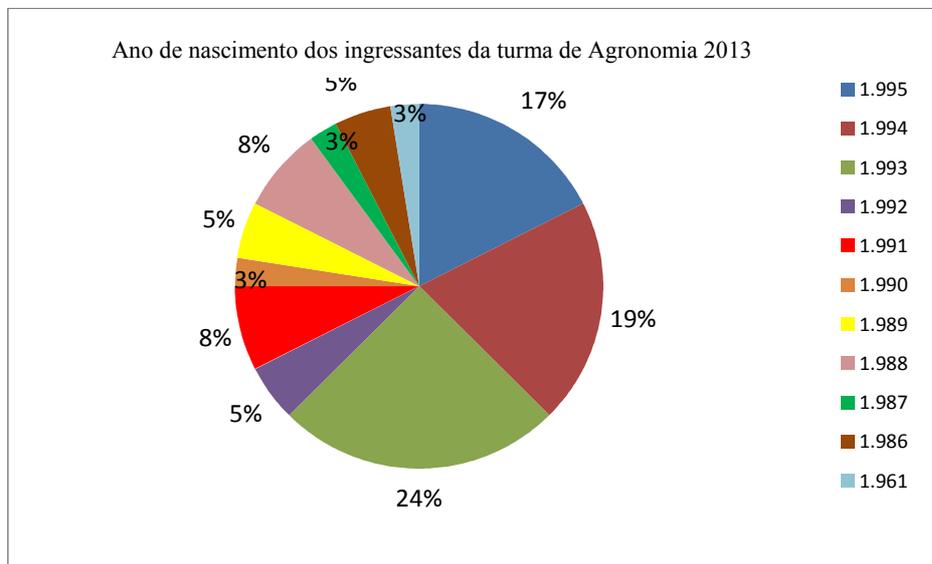
<b>AF1A</b> – Ação afirmativa de candidatos que cursou integralmente todo o ensino médio em escola pública, autodeclarado preto, pardo ou indígena e com renda familiar bruta mensal igual ou menor a 1,5 salários mínimos per capita.
<b>AF1B</b> - Ação afirmativa de candidatos que cursou integralmente todo o ensino médio em escola pública com renda familiar bruta mensal igual ou menor a 1,5 salários mínimos per capita.
<b>AF2A</b> - Ação afirmativa de candidatos que cursou integralmente todo o ensino médio em escola pública, autodeclarado preto, pardo ou indígena, independente da renda familiar.
<b>AF2B</b> - Ação afirmativa de candidatos que cursou integralmente todo o ensino médio em escola pública, independente da renda familiar per capita.
<b>AC</b> - Ampla Concorrência – candidatos que concluíram o ensino médio.

Fonte: Edital nº 026/2012 do Processo Seletivo 2013.1 do IFMG, adaptado pelo pesquisador.

Das vagas ofertadas para cotas no Processo Seletivo do SISU 2013.1, três vagas não foram preenchidas por não ter candidato, passando as mesmas para o grupo de ampla concorrência. Estas vagas foram preenchidas na 4ª chamada por manifestação de interesse presencial em que todos os candidatos da lista de espera que não tinha sido convocado anteriormente, poderiam participar. Porém nesta manifestação presencial mesmo com vários candidatos aptos no grupo de cotas, estes não compareceram.

Dos alunos cotistas matriculados, 09 foram por renda per capita bruta familiar, inferior a 1,5 salários mínimos, e destes, 06 autodeclararam pretos, pardos e indígenas, mais 06 cotistas independente da renda em que 05 autodeclararam pretos, pardos e indígenas.

Quanto à idade dos alunos ingressantes no IFMG/SJE turma Agronomia/2013:

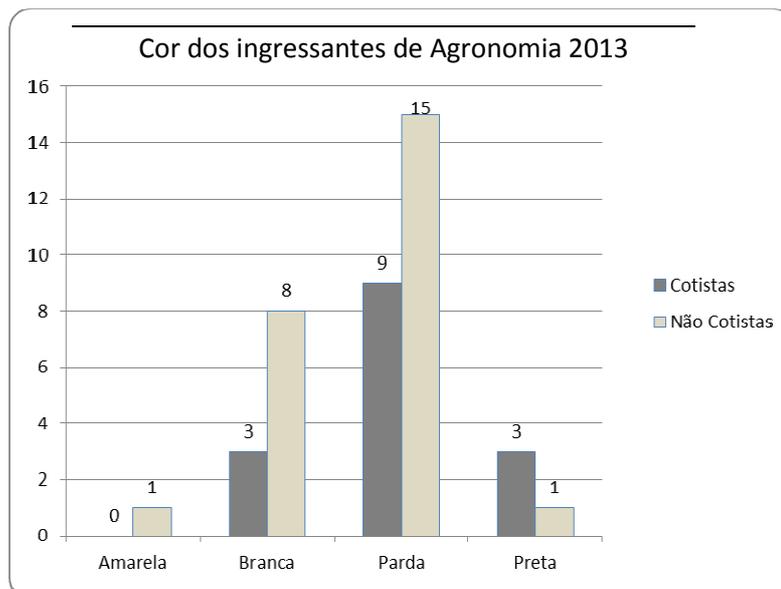


**Gráfico 1:** Ano de nascimento ingressantes - Turma Agronomia 2013.

Fonte: Secretaria de Registro Escolar IFMG/SJE, adaptado pelo pesquisador.

Os estudantes entre 18 e 20 anos, recém-concluintes do ensino médio, representam 62% dos ingressantes, mas também, teve um ingressante de 52 anos, concluinte do ensino médio por meio de certificação, através de nota do ENEM e banca de avaliação do CESEC, demonstrando que as oportunidades surgem e o estudante pode conquistar sua vaga.

No gráfico 2, de acordo com a ficha de matrícula dos ingressantes de Agronomia turma 2013, apurou o seguinte resultado:

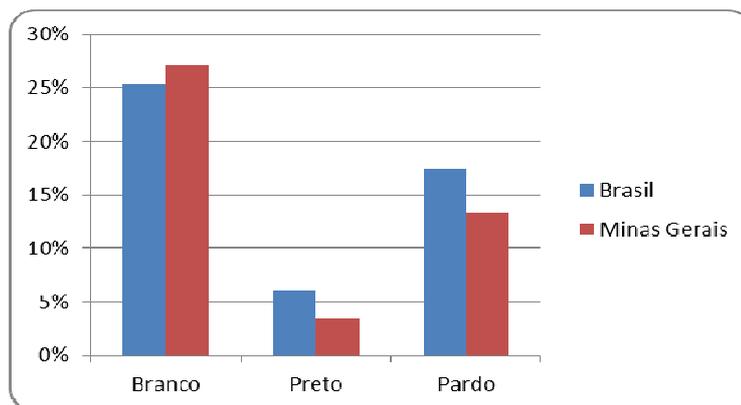


**Gráfico 2:** Cor dos ingressantes - Turma Agronomia 2013

Fonte: Secretaria de Registro Escolar IFMG/SJE, adaptado pelo pesquisador.

No IFMG, os estudantes manifestam sua cor por meio de auto declaração, de acordo com o instrumento de formulário de matrícula, assim a cor “parda” representa 60% dos alunos da turma, a cor branca 28%, a preta 10% e amarela 2%. A representatividade da cor “parda”, nesta situação é devida a indefinição da cor através da miscigenação de raças em que o candidato que não se considera branco ou preto, se auto declara pardo, informação adquirida por parte do pesquisador no ato de matrícula dos candidatos.

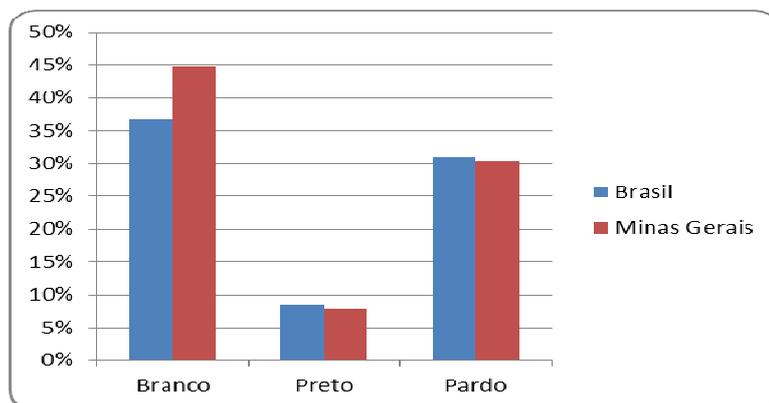
Se comparados à sinopse de estatísticas do INEP, anexo C, e resumido no gráfico 3 a seguir, nota-se que apenas os matriculados de cor branca os percentuais estão próximos, tanto a nível Brasil, quanto Minas Gerais, pois a maioria estão como não declarados ou não dispõe da informação neste registro, de forma a não representar a realidade dos estudantes matriculados e concluintes por cor/raça.



**Gráfico 3:** Matrículas por Cor/Raça – 2013 –

Fonte: Sinopse de estatística do INEP, adaptado pelo pesquisador.

No gráfico 4, de acordo com a sinopse de estatística do INEP, anexo C, o número de cor “não declarado” e não dispõe da informação, ainda é muito alto, somando-se 22% nos dados do Brasil e 15% de Minas Gerais.



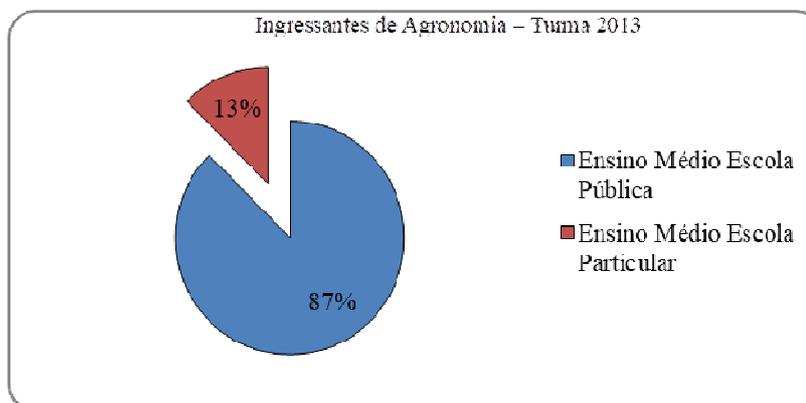
**Gráfico 4:** Matrículas por Cor/Raça – 2016

Fonte: Sinopse de estatística do INEP, adaptado pelo pesquisador.

Mesmo com o aumento do número de matriculados pretos e pardos em 2016, o percentual de não declarados ainda continua alto, os percentuais somados de pretos e pardos são 38% de Minas Gerais e 40% do Brasil, enquanto no IFMG/SJE da turma 2013 foi de 70%, já o percentual de brancos em Minas Gerais em relação aos números registrados no IFMG/SJE tem uma diferença de 17% a mais de brancos.

Nota-se também que o percentual de pretos e pardos de 2013 para 2016, subiu 22% em Minas Gerais, e 17% no Brasil, quando reduziu o número de não declarado ou não dispõe da informação.

No gráfico 5, de acordo com os históricos do ensino médio, arquivados na secretaria de registros escolares do IFMG/SJE, foram apurados os seguintes resultados de conclusão de ensino médio:



**Gráfico 5:** Ensino Público e Privado - Turma Agronomia 2013

Fonte: Secretaria de Registro Escolar IFMG/SJE, adaptado pelo pesquisador.

Os estudantes ingressantes no curso de Agronomia do ano de 2013, no IFMG/SJE que concluíram todo o ensino médio em escolas públicas representam 87%, e apenas cinco estudantes, eram egressos de escola privada, representando 13%; ressalta-se, ainda que apenas 35% dos estudantes ingressaram por meio do sistema de cotas, os outros 52%, embora oriundos da educação pública, ingressaram por meio da ampla concorrência.

Os dados do quadro 2 e quadro 3 foram extraídos dos Editais de Processos Seletivos e informações do sistema eletrônico de registros dos ingressantes em Agronomia – Turma 2013.

**Quadro 2:** Maiores notas ingressantes -Turma Agronomia 2013

SELETIVO	NOTA	GRUPO	SITUAÇÃO
SISU	630,5	AC	CANCELADO
SISU	642,64	AC	ABANDONO
SISU	671,8	AC	ABANDONO
VESTIBULAR	121,5	AC	ABANDONO
VESTIBULAR	122,5	AC	CONCLUIU
VESTIBULAR	131,79	AC	ABANDONO

Fonte: Secretaria de Registro Escolar IFMG/SJE, adaptado pelo pesquisador.

As maiores notas nos processos seletivos dos ingressantes em Agronomia da turma 2013 foram dos “AC” ampla concorrência, porém não é sinal de sucesso, pois apenas um deles concluiu o curso.

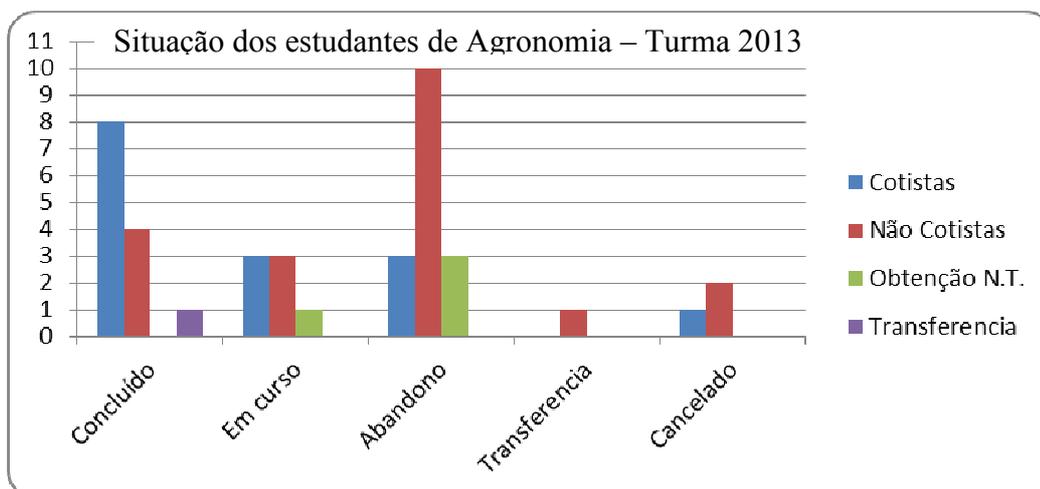
**Quadro 3:** Menores notas ingressantes - Turma Agronomia 2013

VESTIBULAR	95,5	AF1B	CONCLUÍDA 20/12/2017
VESTIBULAR	77,42	AF1B	ABANDONO
VESTIBULAR	94	AC	ABANDONO

Fonte: Secretaria de Registro Escolar IFMG/SJE, adaptado pelo pesquisador.

Das 03 menores notas de ingresso por meio do vestibular em 2013, um concluiu em tempo regular (5 anos) o curso de bacharelado em Agronomia, como cotista de renda per-capita inferior a 1,5 salários mínimos, reforça-se a política pública de cotas, que as oportunidades surgem para somar.

Para chegar ao resultado da situação atual dos alunos da turma de Agronomia/2013 foi gerada uma análise curricular destes estudantes, por meio do sistema de controle acadêmico “CONECTA” com a seguinte apuração:



**Gráfico 6:** Situação atual - Turma Agronomia 2013

Fonte: Secretaria de Registro Escolar IFMG/SJE, adaptado pelo pesquisador.

Dos 03 estudantes com a situação de cancelados, um havia passado em concurso público em outra cidade e dois por ter passado em outro curso, sendo 01 dentro do IFMG/SJE e um em outra universidade. Uma transferência para UFVJM por motivos pessoais e os abandonos (16) não são registrados os motivos, simplesmente deixam de frequentar, ainda não tem ação no IFMG/SJE para investigar estas evasões. Os sete estudantes em curso têm possibilidade de concluir neste semestre 2019.1 o curso. Dos 13 concluintes 01 concluiu em dezembro de 2016 por ter ingressado por meio de transferência, 09 em dezembro de 2017 e 03 em julho de 2018, com a representação de 33% dos ingressantes.

De acordo com este quadro de situação dos estudantes em 31/08/2018 da Agronomia/2013, os resultados corroboram com os resultados de Bezerra; Gurgel (2012), em que os cotistas não são os mais evadidos e nem tem os piores resultados acadêmicos, muito pelo contrário, se esforçam mais e buscam melhores resultados a cada período vencido.

No IFMG/SJE, algumas ações vêm sendo desenvolvidas em prol do discente, a fim de minimizar a evasão e contribuir para a permanência do educando até a sua conclusão do curso. O campus possui uma CGAE composta por um Coordenador, 01 Clínico Geral, 01 Dentista, 01 Psicólogo, 02 Auxiliares de Enfermagem, 01 Assistente social e 03 Assistentes de alunos. A Assistência Estudantil do IFMG/SJE, acompanhado pela Assistente Social do Campus e coordenado pelo IFMG na Reitoria, promove, anualmente, um edital para distribuição de bolsas, por critério de renda per-capita familiar.

Em 2013 foram distribuídas 615 bolsas por critério socioeconômico tais como: Auxílio alimentação, auxílio moradia, auxílio transporte, auxílio creche, bolsa atividade e assistência à saúde. Outras bolsas por mérito acadêmico, do setor de pesquisa e/ou extensão: PIBIC, PIBITEC, PIBITI, PIBIC júnior, PIBEX, PIBEX júnior, PIBID, tutoria e monitoria. (CGAE, dados da AE).

Ao considerar os dados de sinopse, anexo A e anexo B do INEP, considerados apenas os dados da rede federal de ensino IF e Cefet dos cursos de bacharelado, para servir de parâmetros, nota-se:

**Tabela 3:** Sinopse INEP - Brasil - 2013 a 2016

Brasil - IF e Cefet			
Ano	Matrículas	Concluintes	% de Concluintes
2013	34799	1826	5,25%
2014	41709	2483	5,95%
2015	49347	2927	5,93%
2016	58970	3828	6,49%

Fonte: Sinopse de estatística do INEP, adaptado pelo pesquisador.

De acordo com a tabela 3, o percentual de concluintes em relação ao número de matrículas é muito baixo em nível Brasil, se comparados aos resultados do gráfico 6, que foi de 22,5% dos concluintes em tempo mínimo de integralização.

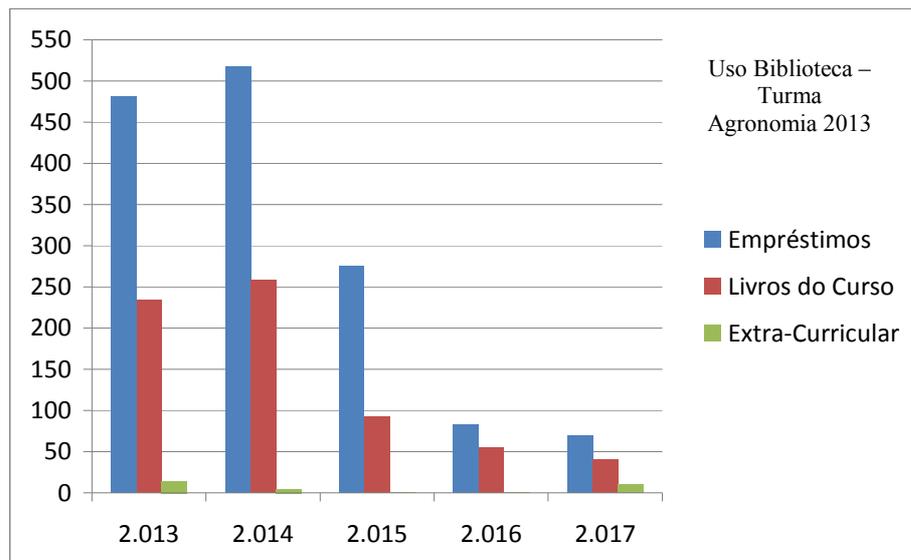
**Tabela 4:** Sinopse INEP - Minas Gerais - 2013 a 2016

Minas Gerais - IF e Cefet			
Ano	Matrículas	Concluintes	% de Concluintes
2013	8987	655	7,29%
2014	10385	900	8,67%
2015	12366	855	6,91%
2016	14572	1273	8,74%

Fonte: Sinopse de estatística do INEP, adaptado pelo pesquisador.

O percentual de concluintes de Minas Gerais em comparação com os dados apurados do IFMG/SJE turma Agronomia/2013, é significativo a diferença, mesmo considerando o ano de 2016 com o maior índice de concluintes em 8,74% e se comparado apenas os concluintes cotistas da turma Agronomia/2013, como ingressaram 15 e formaram 8, o percentual vai para 53%, destaca-se então o desempenho dos egressos cotistas.

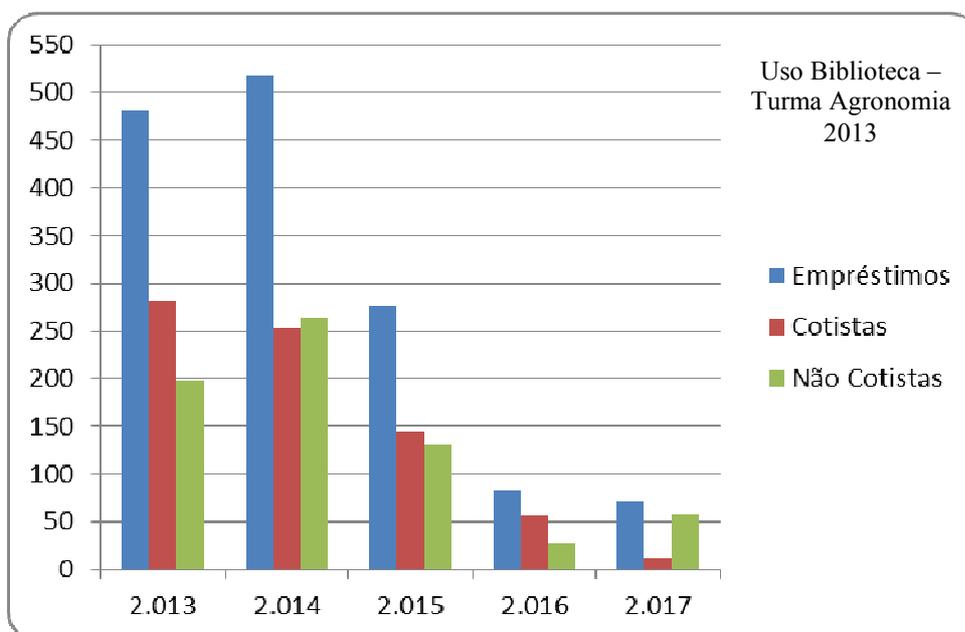
A fim de verificar o uso da biblioteca pelos alunos da turma de Agronomia/2013, mesmo ciente de ser apenas uma das fontes de pesquisa dos estudantes do curso Bacharelado em Agronomia, o IFMG/SJE possui um acervo bibliográfico utilizado pelos docentes e discentes do curso. Assim, com ajuda de um analista de TI do campus, foi realizado um filtro de busca, no sistema “SysBiblio”, no período de 2013 a 2017 com nome dos alunos, data de empréstimos e títulos de acervos. Para trabalhar com os dados foi utilizado o Excel (planilha eletrônica) para fazer os gráficos a seguir:



**Gráfico 7:** Empréstimos biblioteca - Turma Agronomia 2013

Fonte: Biblioteca Professor Pedro Valério – IFMG/SJE, adaptado pelo pesquisador.

Os empréstimos de livros aos estudantes do curso de Agronomia turma 2013, foram mais significativos nos dois primeiros anos do curso, voltadas para as disciplinas básicas, cujo aprendizado no ensino médio em escolas públicas estaduais e municipais tende a ser insuficiente. Assim, para compensar a defasagem curricular e conseguir acompanhar os conteúdos, a biblioteca torna-se uma boa aliada e à medida que foram aproximando da metade do curso para frente os empréstimos reduziram, com possibilidades de terem migrado para um acervo virtual em que as disciplinas são da área técnica do curso.

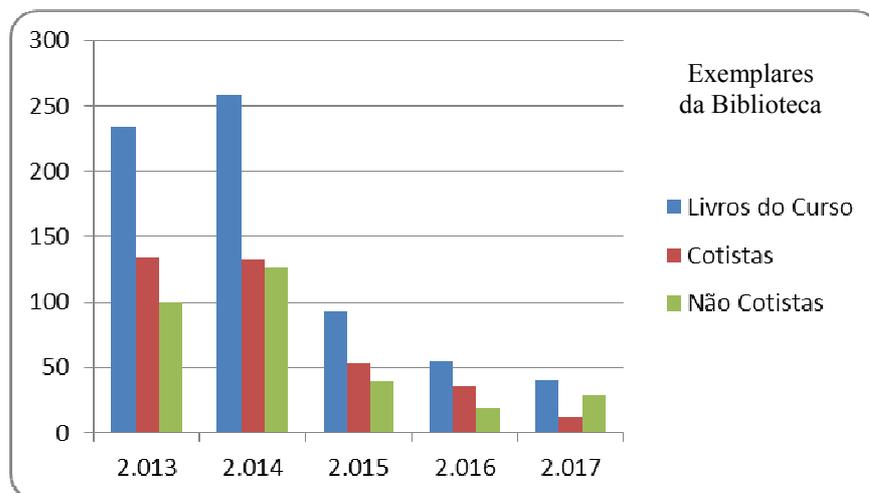


**Gráfico 8:** Empréstimos biblioteca cotistas e não cotistas - Turma Agronomia 2013

Fonte: Biblioteca Professor Pedro Valério – IFMG/SJE, adaptado pelo pesquisador.

Os empréstimos de livros da biblioteca do IFMG/SJE, por cotistas e não cotistas durante o curso de agronomia seguiram o mesmo fluxo, com diferença mais significativa no

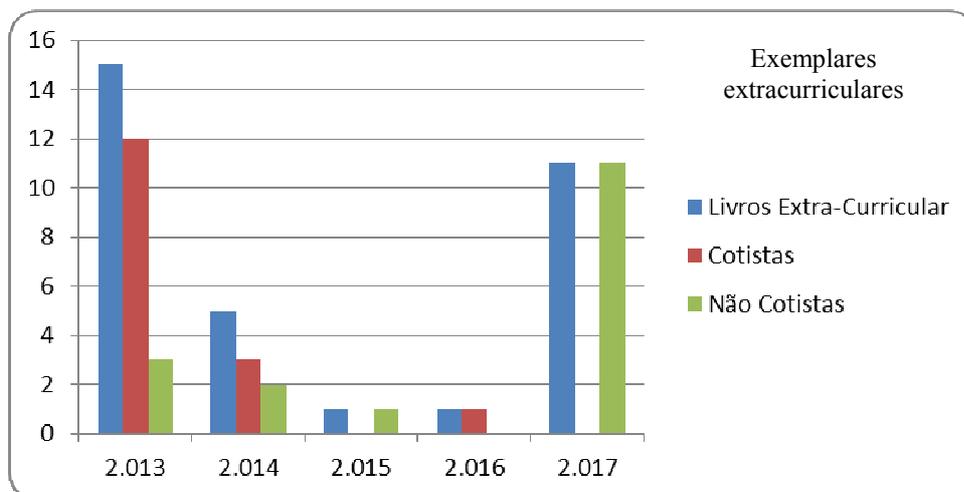
primeiro ano do curso em que os cotistas em busca de recuperar uma possível defasagem de aprendizagem da educação básica, fizeram maior uso.



**Gráfico 9:** Livros da matriz curricular - cotistas e não cotistas - Turma Agronomia 2013

Fonte: Biblioteca Professor Pedro Valério – IFMG/SJE, adaptado pelo pesquisador.

Os livros didáticos, referentes às disciplinas da matriz curricular do curso de Agronomia, mais procurados pelos alunos foram da área de Biologia Celular, Fitopatologia, Melhoramento de Plantas, Microbiologia, Fisiologia Vegetal, Cálculo, Física, entre outros.

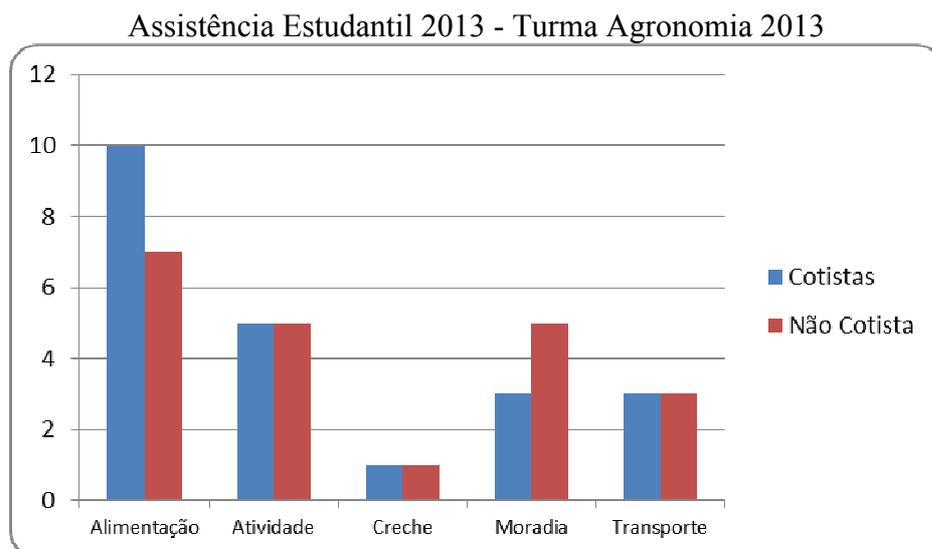


**Gráfico 10:** Livros extracurricular - cotistas e não cotistas - Turma Agronomia 2013

Fonte: Biblioteca Professor Pedro Valério – IFMG/SJE, adaptado pelo pesquisador.

Os alunos de Agronomia da turma de 2013 foram bem ecléticos nas escolhas de livros extracurriculares, desde Harry Potter e o Prisioneiro de Azkaban, A Cabana, A menina que roubava livros, O código da Vinci, O monge e o executivo, o vendedor de sonhos etc.

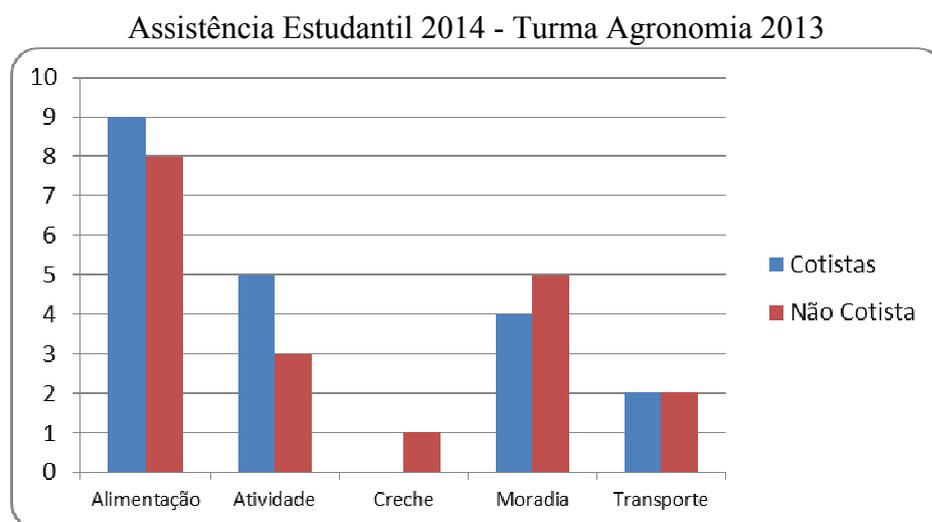
A Assistência Estudantil para os ingressantes no ensino superior é de suma importância para a permanência e combate à evasão escolar, por se tratar de uma região de baixa renda per-capita, sem empresas de grande porte. Toda ajuda é bem-vinda, assim a cada ano é feito um novo processo seletivo, para seleção dos candidatos, e de posse destes resultados, no setor de atendimento ao educando, através de planilhas do Excel para filtros e tratamento dos dados foi possível apurar as bolsas estudantis dos alunos beneficiários da turma de Agronomia/2013:



**Gráfico 11:** Auxílio estudantil 2013 - Turma Agronomia 2013

Fonte: Coordenação de Atendimento ao Educando – Assistente Social IFMG/SJE, adaptado pelo pesquisador.

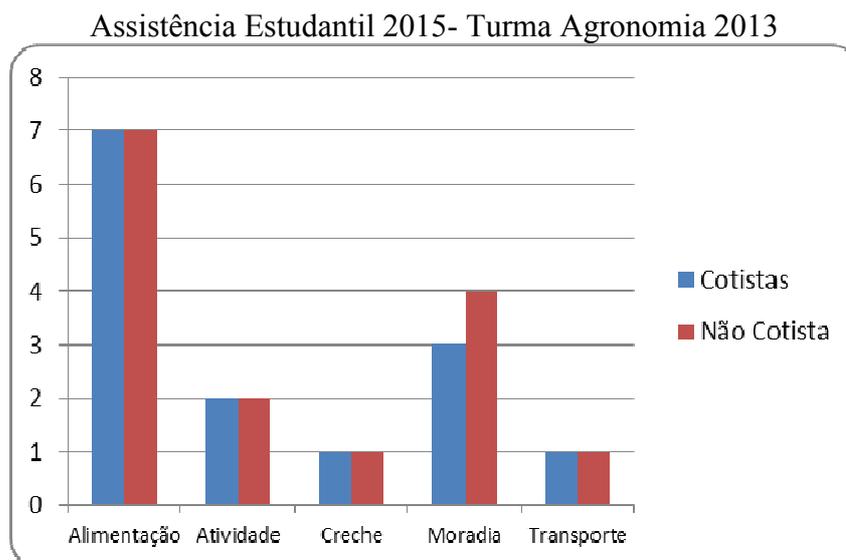
Em 2013, foram beneficiados 18 (dezoito) alunos da turma Agronomia/2013, de um total de 43 bolsas institucionais, dentre essas, alimentação e atividade com maior número de favorecidos, seguidos de moradia, transporte e creche, respectivamente.



**Gráfico 12:** Auxílio estudantil 2014 - Turma Agronomia 2013

Fonte: Coordenação de Atendimento ao Educando – Assistente Social IFMG/SJE, adaptado pelo pesquisador.

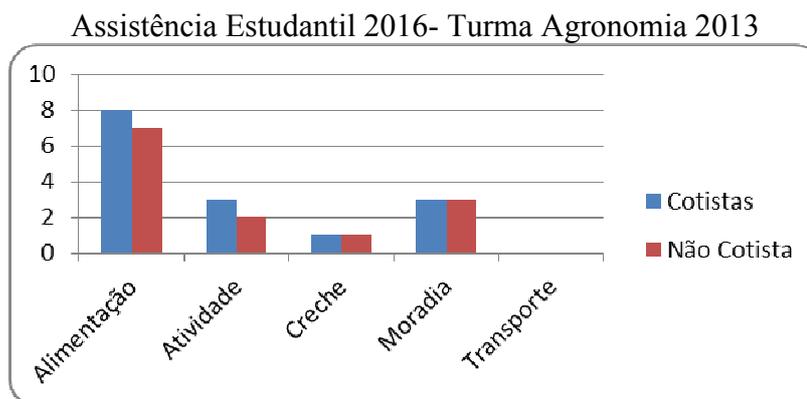
No ano de 2014, 17 (dezessete) alunos da turma Agronomia/2013 foram contemplados com 39 bolsas, todos beneficiados com bolsas nas áreas de alimentação, 09 com bolsas em moradia, 08 com bolsas em atividades, 04 com bolsas em transporte e 01 bolsa-creche.



**Gráfico 13:** Auxílio estudantil 2015 - Turma Agronomia 2013

Fonte: Coordenação de Atendimento ao Educando – Assistente Social IFMG/SJE, adaptado pelo pesquisador.

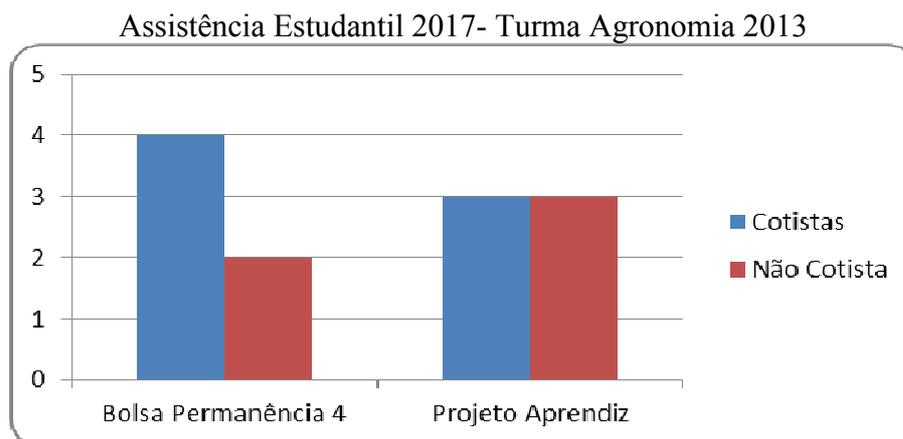
Em 2015, apenas 14 alunos da turma de Agronomia/2013 usufruíram de 29 tipos de auxílios estudantis, 14 auxílios-alimentação, 7 auxílios-moradia, 04 auxílios-atividades, 02 auxílios-transporte e 02 auxílios- creche.



**Gráfico 14:** Auxílio estudantil 2016 - Turma Agronomia 2013

Fonte: Coordenação de Atendimento ao Educando – Assistente Social IFMG/SJE, adaptado pelo pesquisador.

A Assistência Estudantil, em 2016, contemplou 15 alunos da turma Agronomia/2013 com 28 auxílios, 100% foram beneficiados com o auxílio alimentação, 06 com auxílio moradia, 05 com auxílio-atividade, 02 com auxílio-creche e nenhum com auxílio em transporte.



**Gráfico 15:** Auxílio estudantil 2017 - Turma Agronomia 2013

Fonte: Coordenação de Atendimento ao Educando – Assistente Social IFMG/SJE, adaptado pelo pesquisador.

A partir de 2017, houve uma reformulação no processo de auxílio estudantil no IFMG, transformando os auxílios em “Bolsa Permanência” e apenas 10 alunos da turma de agronomia/2013 obtiveram 12 bolsas, dentre estas, 6 de Projeto Aprendiz que é específica do *campus* São João Evangelista.

Os cortes na assistência estudantil, segundo Dutra; Santos (2017) *in* Andifes (2016), está aqui representado, com redução significativa nas bolsas estudantis, situação crítica que poderá comprometer a permanência e a vida acadêmica dos estudantes na instituição.

## 5 CAPÍTULO 5

### A PESQUISA DE CAMPO NO IFMG /SJE:

Neste capítulo, mediante os registros dos estudantes nos diversos Setores do IFMG/SJE, foram apurados os dados dos estudantes ingressantes da turma Agronomia/2013 a fim de apresentar a trajetória dos cotistas pesquisados.

#### 5.1 Análise Documental

Para apurar o coeficiente de rendimento escolar (CRE) dos estudantes ingressantes do curso de Agronomia turma 2013 e que concluíram o curso até 31/08/2018, amostra da população desta pesquisa, foi gerado um histórico escolar cheio, ou seja, com todas as disciplinas cursadas, com aprovação e reprovação, a fim de calcular o CRE de acordo com o regimento de ensino do IFMG, resolução nº 47 de 17/12/2018, por meio da fórmula:

$$\frac{\sum[(\text{nota da disciplina}) \times (\text{carga horária})]}{\sum(\text{carga horária})}$$

**Tabela 5:** Coeficiente de Rendimento Escolar - Concluintes Turma Agronomia 2013

NOTA INGRESSO	GRUPO INGRESSO	Colação de Grau	Média Global	CRE 2013	CRE 2014	CRE 2015	CRE 2016	CRE 2017	CRE 2018
115	AF2B	20/12/2017	79,74	74,23	74,60	80,70	85,75	83,40	
95,5	AF1B	20/12/2017	81,67	75,53	78,97	82,62	86,52	84,69	
585,28	AC	20/12/2017	83,57	77,72	82,36	85,45	87,23	85,08	
122,5	AC	20/12/2017	83,79	78,68	85,14	83,52	87,31	84,31	
527,16	AF2A	09/02/2018	75,50	70,04	69,17	77,33	82,77	78,21	
106,5	AF1A	09/02/2018	78,43	72,63	70,91	82,11	85,91	80,58	
597,8	AF2A	09/02/2018	80,12	78,60	73,03	81,53	86,08	81,38	
584,26	AF1A	09/02/2018	82,16	82,56	78,66	81,89	86,10	81,58	
101	AF2A	09/02/2018	84,60	84,26	83,27	86,04	84,96	84,49	
577,02	AC	31/08/2018	68,39	66,40	68,83	76,17	74,16	64,78	60,00
115	AF2A	31/08/2018	76,42	72,59	72,78	76,63	79,63	80,45	
99,06	AC	31/08/2018	77,92	71,56	73,66	81,54	82,60	80,58	77,57

Fonte: Secretaria de Registro Escolar IFMG/SJE, adaptado pelo pesquisador.

Os alunos que ingressaram no Curso de Bacharelado em Agronomia em 2013 por meio de cotas e concluíram o curso até 31/08/2018, soma um percentual de 57%. Ao analisar por grupo de cotas, AF1A = 33%, AF1B = 33%, AF2A = 80% e AF2B = 100%. Com estes resultados, os estudantes de renda per-capita inferior a 1,5 salários mínimos, tiveram menos êxito, porém têm 03 estudantes “em curso” de AF1A com solicitação de colação de grau ao término do semestre 2019.1. Assim, o grupo de cotas AF1A passará para 80% de formados.

Ao considerar apenas os alunos da Agronomia/2013 que concluíram o curso, os cotistas representam 67%, o que Schultz (1973), relata que “o ensino escolar é mais do que uma atividade de consumo”, pois é um investimento em capital humano, para rendas futuras.

O coeficiente de rendimento escolar (CRE) do ano de 2013, primeiro ano de curso da turma Agronomia/2013, os cotistas concluintes têm-se uma média de 76,30% de aproveitamento, mas vale ressaltar que 1 aluno AF2A e 1 aluno AF1A obtiveram 84,26% e 82,56% respectivamente, os dois maiores rendimentos escolares da turma, não sendo muito diferente no decorrer do curso em que o menor CRE de cotistas foi de 69,17% em 2014, e que o mesmo aluno em 2016, conseguiu 82,77% no CRE.

Ao analisar os dados dos concluintes de Agronomia/2013, referentes a natureza das instituições em que finalizaram o ensino médio em escola pública ou privada, apurou-se que:

**Tabela 6:** Concluintes - Turma Agronomia 2013

GRUPO INGRESSO	E.Médio - IFMG	E.Médio - Outras Escolas Públicas
AF1A	2	0
AF1B	0	1
AF2A	3	1
AF2B	1	0
AC	1	3
Transf. Externa	0	1
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>6</b>

Fonte: Secretaria de Registro Escolar IFMG/SJE, adaptado pelo pesquisador.

Os dados informados na tabela 6, revelam que 100% dos formados da turma Agronomia/2013 são egressos de escola pública de ensino, mesmo que não tenha pleiteado vaga por meio de cotas. Outro fator relevante é a verticalização do ensino no IFMG/SJE, pois dos 13 formados, 07 são egressos do IFMG/SJE do curso de Técnico em Agropecuária e, apenas 02 alunos cotistas, não havia estudado no IFMG/SJE.

No Setor da Coordenação de Estágio e Registros de Empresas (CERE), foram analisadas as pastas de estágio dos concluintes de Agronomia turma ingressantes 2013, e através de planilha eletrônica Excel apurou-se:

**Quadro 4:** Estágio curricular - Concluinte Turma Agronomia 2013

Grupo	Horas	Local Estágio	Atividades Desenvolvidas
AC	160	UFV	Preparo de amostras de solo, Determinação de PH, H+ Al e Al, de Ca, Mg e K, de P e Determinação de nitrato e amônia
	80	SAAE Guanhões	Levantamento das áreas de reflorestamento ao longo do manancial, principais nascentes e situação das mesmas, principais pontos de poluição do manancial, aferição das áreas de terraceamento já implantadas.
AC	240	Construtora Intercon Ltda-ME	Levantamento Topográfico e Planialtimétricos, Marcação de Glebas, terraplanagem
AF1B	80	SAAE Guanhões	Levantamento das áreas de reflorestamento ao longo do manancial, principais nascentes e situação das mesmas, principais pontos de poluição do manancial, aferição das áreas de terraceamento já implantadas.
	160	UFV	Preparo de amostras de solo, Determinação de PH, H+ Al e Al, de Ca, Mg e K, de P e Determinação de nitrato

			e amônia
AC	160	EMATER-MG_Belo Horizonte	Acompanhamento e visitas técnicas aos produtores rurais do projeto Jaíba; Práticas em podas, manejo cultural e fitossanitário. Práticas agroecológicas integradas a pequena propriedade rural
	160	Parque Nacional Serra do Cipó	Projeto Escola no Parque, Identificação de espécies da flora nativa do parque, auxílio na implantação de preservação de recursos hídricos, produção de mudas nativas.
AF1A	240	UFV	Acompanhamento do crescimento vegetativo de plantas de café submetida à irrigação e a desfrutificação, Avaliação das trocas gasosas e a fluorescência de clorofila; Caracterização das respostas hidráulicas ao DPV e força do dreno; Extração e quantificação de amido, proteínas, aminoácidos e açúcares.
AC	160	UFV	Preparo de amostras de solo, Determinação de PH, H <sup>+</sup> Al e Al, de Ca, Mg e K, de P e Determinação de nitrato e amônia
	80	SAAE Guanhães	Levantamento das áreas de reflorestamento ao longo do manancial, principais nascentes e situação das mesmas, principais pontos de poluição do manancial, aferição das áreas de terraceamento já implantadas.
AF2A	240	Fazenda São Mateus- Novo Cruzeiro	Identificação/Controle de pragas e doenças do cafeeiro e eucalipto, cálculos de adubações, regulagem de máquinas, assistência na manutenção mecânica e unidade de produção de carvão, controle de plantas daninhas.
AF2B	80	Campo Verde Shopping Rural	Acompanhamento e Assistência Técnica em campo, auxílio no controle de estoque, balanço e fechamento de ano de loja, acompanhamento de vendas no balcão, pesquisa relacionada ao acaro e nutrientes foliares dos cafezais.
	160	Campo Verde Shopping Rural	Desenvolvimento de projeto de irrigação e auxílio na implantação, plantio de lavoura de abóbora e manejo de irrigação, apoio da equipe comercial fomentando negociações.
AF2A	80	Construtora Intercon Ltda-ME	Levantamento Topográfico e Planialtimétricos, Marcação de Glebas, terraplanagem, realização projetos no AutoCad e memorial descritivo.
	160	EMATER-MG_Moçambinho	Acompanhamento visitas técnicas aos produtores rurais do projeto Jaíba; Práticas em podas, manejo cultural e fitossanitário. Prática agroecológicas integradas a pequena propriedade rural.
AF1A	176	EMATER-MG_Moçambinho	Acompanhamento de assistência técnicas e extensão rural a diversas culturas e criação de animais. Recomendações técnicas de adubação e agrotóxicos. Acompanhamento de produtores na condução e manejo de áreas plantadas

	80	Via Verde Consultoria Agropecuária em Sist. Tropicais	Avaliação de pastagens, controle do rebanho, acompanhamento lavoura de milho, controle de plantas daninhas, gerenciamento de propriedade rural, treinamento sobre práticas corretas a serem adotadas na propriedade de criadora de gado
AF2A	120	Construtora Intercon Ltda-ME	Levantamento Topográfico e Planialtimétricos, Marcação de Glebas, terraplanagem, cálculos topográficos, realização projeto no AutoCad.
	160	Integra Engenharia e Consultoria	Levantamento Topográfico e Planialtimétricos, Marcação de Glebas, terraplanagem, cálculos topográficos, realização projeto no AutoCad.
AF2A	250	Ambiente Vivo Engenharia Ltda – EPP	Leitura, fichamento e tabulação de dados de Estudos Impactos Ambientais, EIAs e Relatórios de Controle Ambiental, RCAs em Avaliação de impactos ambientais (AIAs)

Fonte: Coordenação de Estágio e Registros de Empresas IFMG/SJE, adaptado pelo pesquisador.

Nota-se que, 04 alunos fizeram estágio na Universidade Federal de Viçosa (UFV), referência no curso de Agronomia do Brasil, de acordo com os resultados do ENADE, e destes 02 cotistas, que de acordo com o relatório de entrega de estágio, vale a pena relatar:

Relatório de um aluno AF1A:

O estágio foi importante para conhecer como é a rotina de um laboratório de solos, sendo uma área da agronomia muito ampla e importante. A análise de solos é extremamente importante para o agricultor, pois é a partir dela que se sabe como se encontra a fertilidade daquele solo, e a partir desta corrigir o solo alcançando uma maior produtividade.

Relatório do aluno AF1B:

O desenvolvimento profissional é justamente a resposta da qualidade de ensino ao qual o mesmo foi submetido juntamente com as experiências vivenciadas na prática, por meio do desenvolvimento de atividades extracurriculares que corroboram com o aprendizado e aperfeiçoamento pessoal e interpessoal de cada estudante, a partir do estágio.

No órgão EMATER-MG\_Moçambinho, 03 estagiários, sendo 02 cotistas que também expressaram sua satisfação no estágio, aluno AF2A:

O estágio proporcionou um envolvimento direto com várias atividades que o Engenheiro Agrônomo pode ter contato, além de ter proporcionado uma melhoria na área de extensão rural, implantação de uma lavoura, tratamentos culturais em uma variedade de frutíferas onde pode-se entender que poderemos nos tornar profissionais em uma área com um extenso campo de atuação, sendo que nesses não se admite erros, e saber lidar com funcionários, sendo explicativo e exigindo respeito mútuo para que o conjunto funcione corretamente.

Relatos de um estagiário AF1A:

Outro fator de extrema importância é a formação de alianças com técnicos experientes, formando uma rede de contatos importantes, que nos passam segurança e nos inspiram em nosso futuro trabalho. Além do conhecimento prático e teórico adquirido, conseguimos obter ganhos em aspectos sociais, desde as formas de

abordagem e diálogo com do técnico com o produtor, até o convívio com pessoas diferentes, com uma cultura social variada.

Estágio na empresa Ambiente Vivo Engenharia Ltda – EPP, aluno AF2A:

O estágio concedeu uma melhor visão sobre a avaliação de impacto ambiental, as dificuldades de se fazer essa avaliação, a sua importância, os problemas que ainda apresenta, o convívio como empresa e envolvimento da equipe, que se deve ter muita paciência quando se trata dessa área, o impacto que cada empresa realiza desde o seu planejamento até sua operação.

No Setor de Pesquisa e Extensão do IFMG/SJE, de acordo com os resultados dos editais de Projetos de Iniciação Científica e Extensão, os alunos de Agronomia que tiveram participação com bolsas ou serviços voluntários, foram listados e, no resumo, foi obtido 24 participações da turma de Agronomia 2013, no período de 2013 a 2017:

**Quadro 5:** Participação em Pesquisa e Extensão - Concluintes Turma Agronomia 2013

ANO	COPEX	Cotistas	Não Cotistas
2014	PIBIC	0	1
2014	PIBIC VOLUNTÁRIO	1	1
2014	TUTORIA	2	0
2014	PIBEX	0	0
2015	PIBIC	3	0
2015	PIBIC VOLUNTÁRIO	2	0
2015	PIBEX	1	2
2016	PIBIC	0	1
2016	PIBITI	1	1
2016	PIBEX	0	0
2016	GAT	0	1
2017	PIBIC	1	2
2017	PIBIC VOLUNTÁRIO	0	1
2017	PIBEX VOLUNTÁRIO	0	1
2017	PIBEX	1	1
2017	TUTORIA	1	0

Fonte: Coordenação de Pesquisa e Extensão IFMG/SJE, adaptado pelo pesquisador.

As participações de cotistas e não cotistas foram equiparadas, com maior participação dos cotistas no 2º e 3º ano do curso e dos não cotistas no 5º ano do curso.

**Quadro 6:** Projetos de pesquisa e extensão - Concluintes Turma Agronomia 2013

Grupo	Pesquisa	Extensão	Ano
AF1B	PIBIC Voluntária: Produção de Alface com Composto de Resíduo Domésticos Advindos da UAN do IFMG-SJE.		2014
AF1A		Tutoria: Química Analítica e Química Orgânica	2014
AF2A		Tutoria: Cálculo Dif. E Integral I	2014
AF1B		PIBEX: Uso de Composto de Restos de Alimentos da UAN do IFMG na Produção de	2015

		Alface.	
AF1A	PIBIC: Utilização de Espécies Forrageiras (Adubação Verde) na Recuperação de Solos Degradados em São João Evangelista-MG.		2015
AF2B	PIBIC: Controle Alternativo de Pragas de Pimenta Cumari Verdadeira.		2015
AF2A	PIBIC Voluntário: Controle Alternativo de Pragas de Pimenta Cumari Verdadeira.		2015
AF2A	PIBIC: Volume, Biomassa e Distribuição de Famílias Arbóreo-Arbustivas ao Longo do Gradiente de Umidade do Solo de Nascentes Pontuais da Mata Atlântica		2015
AF2A	PIBITI: Compostagem do alcatrão vegetal (subproduto do carvoejamento) para uso agrônômico		2016
AF1B		PIBEX: Projeto Horta do Bem	2017
AF1A	PIBIC: Avaliação Morfoanatômica e Fisiológica de Plântulas De Coffea Arabica L. Micropropagadas Por Embriogênese Somática, Sob Diferentes Qualidades de Luz Espectral e Crescentes Níveis de Sacarose no Meio de Cultivo In Vitro.	Tutoria Voluntaria: Estatística Experimental e Fisiologia Vegetal	2017

Fonte: Coordenação de Pesquisa e Extensão IFMG/SJE, adaptado pelo pesquisador.

As participações dos cotistas, de acordo com o quadro acima, demonstram o empenho e dedicação dos mesmos em aprofundar nos estudos, com o objetivo de novos conhecimentos e aplicação acadêmica e profissional.

## 5.2 Respostas do Questionário

A fim de conhecer melhor os cotistas recém-formados em agronomia do IFMG/SJE da turma 2013, um questionário foi montado no *google forms* e direcionado para respostas, com os seguintes resultados:

### Período de Formação

01. Por que escolheu o IFMG/SJE?

- |  |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Pela referência da região e proximidade da minha cidade natal.</li> <li>b) Devido ao ensino ofertado que é excelente e por eu ter concluído o curso de Técnico agrícola neste mesmo instituto e quis continuar me aperfeiçoando na área agrícola. Outros pontos principais foram a proximidade com os servidores e o custo de vida relativamente baixo para se viver na cidade de São João Evangelista;</li> <li>c) Mais próximo de casa e questões financeiras;</li> <li>d) Já havia estudado na Instituição;</li> <li>e) Pela proximidade de minha residência;</li> <li>f) Pela qualidade de ensino;</li> <li>g) Por ser uma instituição de ensino pública e de grande qualidade dentro da região em que está localizada;</li> </ul> |
|--|

A escolha de uma instituição pública de ensino superior mais próximo da residência e com qualidade de ensino, levou-os a escolher o IFMG/SJE.

02. O Curso Bacharelado em Agronomia foi a sua primeira opção no vestibular ou SISU? justifique:

- a) Sim. Como já era formado em técnico agrícola pelo mesmo instituto, escolhi seguir carreira na mesma área;
- b) Sim. Tinha o objetivo de continuar me aperfeiçoando na área agrícola e melhorar ainda mais as minhas opções no mercado de trabalho;
- c) Sim. Por ser uma área que é ampla;
- d) Sim. Pela minha afinidade com a área, e continuidade do curso de técnico agrícola;
- e) Sim. Desde sempre foi minha primeira opção, pois sempre identifiquei com a área;

Todos responderam que sim, e destes que justificaram, 3 eram egressos de Técnico em Agropecuária, formados no IFMG/SJE, favorecendo assim, a escolha da carreira agrária.

03. Seus pais apoiaram a escolha deste curso? Por quê?

- a) Sim, aprimorar os conhecimentos, e uma nova chance de crescer pessoalmente e profissionalmente;
- b) Sim, devido os mesmos ser produtores rurais;
- c) Sim, por ser uma área boa e próxima de casa;
- d) Sim;
- e) Sim, pois eles sabem da minha admiração pela área, assim apoiam minha escolha;
- f) Sim, sempre me apoiaram e apoiam em minhas escolhas;
- g) Sim, pois vivemos na zona rural durante muitos anos e até hoje eles atuam como produtores rurais, e ver as dificuldades e problemas enfrentados no campo por eles, foram decisivos na minha escolha;

O apoio da família na escolha do curso do filho, de acordo com as respostas a cima, resultou em bons frutos para a formação acadêmica em Agronomia.

4) Você considerou suficiente o apoio oferecido pelo IFMG/SJE para sua formação durante o curso?

( x ) Sim\_06                      ( ) Não                      ( x ) Em parte\_01

Especifique/Justifique:

- a) Sim, sem a ajuda de custo eu não teria terminado o curso, pois meus pais não teriam condições financeiras de me manter ao decorrer do curso;
- b) Sim, tive a oportunidade de ser tutor da matéria de Fertilidade de solos para o curso de Tecnologia em Silvicultura e ter dois projetos aprovados (PIBIC), um interno e outro financiado pela FAPEMIG, o que pesou mais no meu desenvolvimento foi a aceitação que os servidores de um modo geral (técnicos administrativos, professores e terceirizados) tinham comigo e com colegas meus devido ao nosso empenho em querer produzir, e tive oportunidades de ir em outras faculdades e vi que existia uma barreira e um abismo que separavam os alunos dos servidores nestes locais;
- c) Sim, pela proximidade ao contato com os professores e facilidade de encontrar certos materiais;
- d) Sim, todo o apoio necessário foi oferecido pelo IFMG;
- e) Em partes, em meu período de formação eu percebi muita dificuldade na realização de visitas técnicas, fora isto as condições de estudo foram atendidas;
- f) Sim, as bolsas ofertadas e alimentação oferecida no *Campus* sempre foi um diferencial para minha formação nesse curso.
- g) Sim, apesar de inúmeras intervenções e cortes orçamentários da instituição por meio do governo, o IFMG/SJE sempre fez o possível para manter o atendimento das necessidades socioeconômicas dos alunos cotistas.

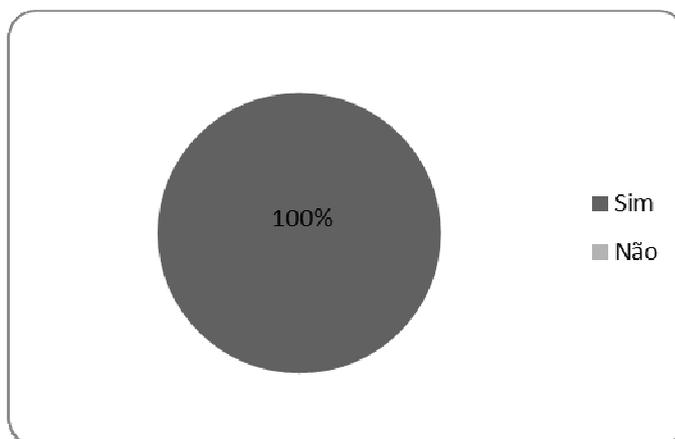
De acordo com as justificativas apresentadas, os alunos têm conseguido apoio do IFMG/SJE na formação acadêmica, mesmo com as reduções orçamentárias pelo governo. Porém de acordo com as inúmeras propostas de mudanças e cortes nos orçamentos, pelo governo atual, das instituições públicas de ensino superior, não se sabe como ficará o atendimento a estas demandas de apoio estudantil.

05. Você indicaria o curso de Agronomia do IFMG/SJE para alguma pessoa? Justifique  
( x ) Sim ( ) Não

- a) Sim, o curso a cada ano que passa se destaca pelo conhecimento que é passado. Tanto teórico e prático;
- b) Sim, devido ao conhecimento que consegui adquirir na área e pela evolução como pessoa;
- c) Sim, pois considero um curso bom e que possibilita diversas vantagens;
- d) Sim, curso completo para quem tem interesse na área agrária;
- e) Sim, mas este é um curso de opção, para as pessoas que tem afinidade com a área;
- f) Sim, pela qualidade de ensino, apesar de que precisa melhorar em muitos aspectos;
- g) Sim, principalmente por ser um curso de qualidade, que conta com professores altamente qualificados e uma ampla estrutura possível de aplicação dos conhecimentos adquiridos. Apesar de haver possibilidades crescentes de melhoria;

A satisfação de ter feito uma boa escolha é percebida nestas respostas, ao indicar o curso para as pessoas e, ao mesmo tempo, fazer a propaganda de sua profissão e da instituição.

06. Ao ingressar no IFMG/SJE, você foi bem recebido como cotista?

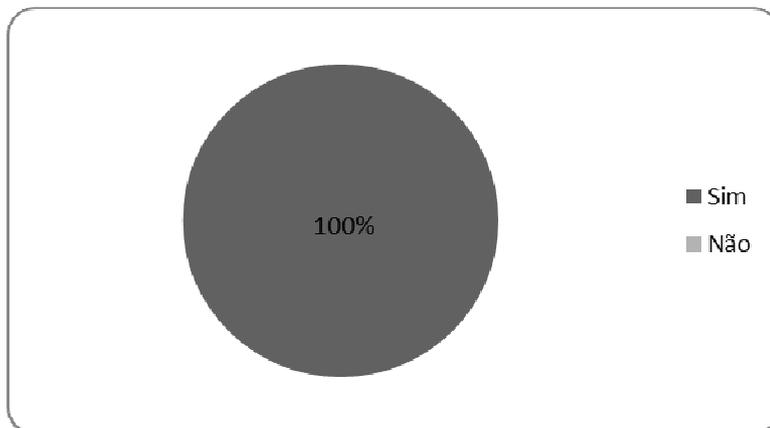


**Gráfico 16:** Recepção dos cotistas – Turma Agronomia 2013

Fonte: Questionário Google Forms elaborado pelo pesquisador

Das respostas obtidas, 100% dos cotistas declararam que foram bem recebidos no IFMG/SJE, relatos que podem servir para não considerar uma das causas de evasão escolar.

07. Durante sua trajetória no IFMG/SJE foi sempre tratado com equidade?



**Gráfico 17:** Recepção dos cotistas – Turma Agronomia 2013

Fonte: Questionário Google Forms elaborado pelo pesquisador

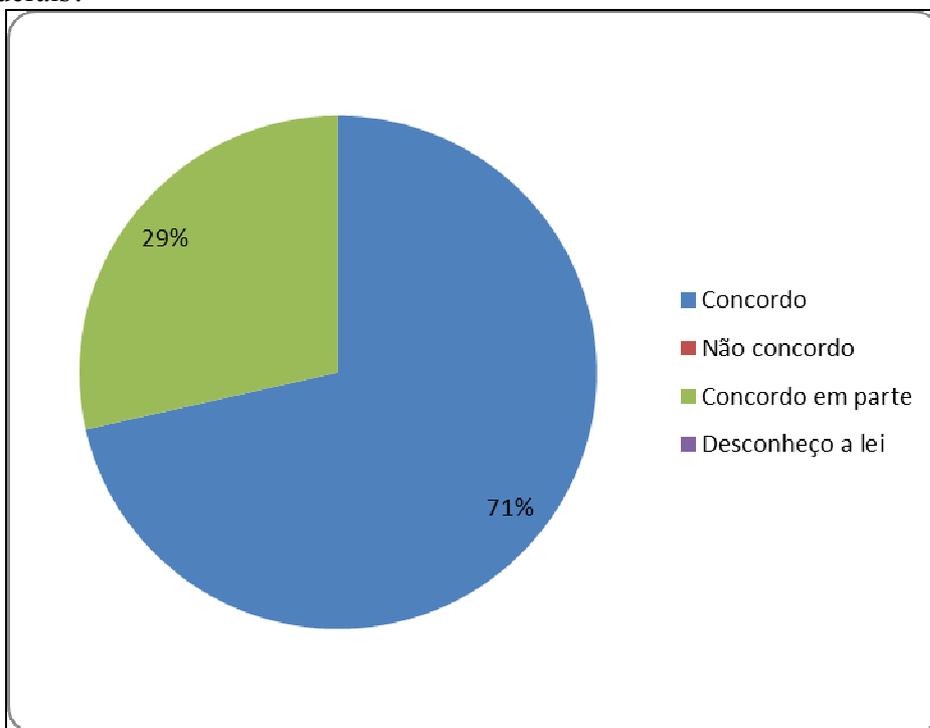
De acordo com as respostas 6 e 7, 100% destes cotistas declararam que foram bem recebidos e tratados com equidade, resultados de uma boa educação e que as diferenças servem para somar as qualidades individuais dos seres humanos e não separar por classes, favorecendo o convívio social.

08. Gostaria de relatar algum fato positivo ou negativo vivenciado por você ou de algum colega cotista? Sim ou não e justifique.

a) Eu não era visto como cotista, todos me viam como alguém de ampla concorrência devido a minha vida que era conhecida no campus, de forma positiva, e vi sim os fatos negativos, que até hoje fico muito triste, vou usar a frase dita por um cotista que desistiu do curso: "eles vendem sonhos". Não me lembro ao certo os números, mas a minha turma teve muitos desistentes, eram jovens de baixa renda que não tiveram auxílio financeiro e junto a isso um ensino básico precário.  
b) Não, pois em minha vivencia, eu percebi que a cota e mal vista por aqueles que não enquadram, pois sentem desprivilegiados.

De acordo com o relato da primeira resposta, o cotista também sentia confortável ser visto como um aluno de ampla concorrência, não se identificava como cotista, e quando comenta sobre os desistentes e da frase de um deles “eles vendem sonhos” de acordo com o Gráfico 06 Situação dos estudantes de Agronomia – Turma 2013, foram 16 evasões, sendo 10 de ampla concorrência, 03 cotistas e 03 obtenção de novo título. Assim, os cotistas representam 18,75% da evasão, e quanto à frase é lamentável o cenário político-econômico quando a cada ano que passa, reduz ainda mais as assistências estudantis e agora em 2019, já se cogita inclusive cobrança de mensalidades nas instituições públicas de ensino superior.

09. Qual a sua opinião sobre a Lei nº. 12.711/2012, Lei de Cotas nas Universidades Federais?



**Gráfico 18:** Lei nº 12.711 de 2012 - Concluintes Turma Agronomia 2013

Fonte: Questionário Google Forms elaborado pelo pesquisador

No gráfico 18 observamos que nenhum destes cotistas pesquisados desconhece a lei e tão pouco não concordam, considerando que a Lei de Cotas para ingresso em instituições públicas de ensino superior são válidas, para que mais alunos egressos de escolas públicas

possam ter a oportunidade de ingresso no ensino superior. Cerca de 71% concordam totalmente com a Lei de Cotas e 29% concordam parcialmente com a Lei de Cotas. Os resultados demonstraram uma ampla aceitação da Lei.

Sinta-se a vontade para justificar sua resposta:

- a) A cota a meu ver serve justamente para ajudar o aluno a pagar as despesas durante o curso, pois sem ela os familiares não têm como pagar.
- b) Quando a lei foi aprovada em 2012, desconhecia a mesma por imaturidade, via pela televisão as propagandas e só entendi que pessoas de baixa renda teriam mais chances de entrar em uma instituição federal ou universidade, achei muito bom e depois não me importei. No mês das inscrições para o processo seletivo (entrei como cotista pelo processo seletivo do IFMG-SJE), ao preencher os formulários, apareceu uma opção dizendo que eu poderia concorrer uma vaga como cotista, eu marquei a opção, mesmo eu ter declarado que era branco com renda familiar entre 4 e 5 salários mínimos, fiz o médio no próprio IFMG-SJE, não me importei pois não menti em nenhum momento, nem estranhei pois desconhecia a lei mas o sistema me deu a opção e após o período de tempo fiz o processo seletivo. Eu passei em quarto lugar e fiquei feliz, pois vi que passei em quarto lugar geral, mas constava cota, não me importei e fui cursar o curso de agronomia, mas o que me deixou abismado foi o governo federal apresentar um gráfico dizendo que os cotistas apresentavam notas semelhantes aos dos concorrentes de Ampla concorrência, logo quando os meus colegas estavam desistindo (eles eram cotistas com notas inferiores e de baixa renda) fiquei estarecido, pois para mim, eu fui usado para maquiagem a baixa qualidade do ensino público estadual e municipal (eu tenho condições de estudar sem precisar buscar uma forma de renda como suplemento para pagar despesas, meus colegas de baixa renda não tem esse aparato), logo a isso se sucederam os cortes na educação. Após isso, resolvi estudar a lei de cotas e vi que a ajuda para as pessoas de baixa renda era absolutamente mínima, posso dizer que a ajuda era para usar os jovens de baixa renda como propaganda e não para ajudar de verdade, prova disso é o alto grau de jovens de baixa renda com dívidas adquiridas na graduação, eu fiquei muito triste, pois as pessoas que necessitavam de ajuda ficavam desamparadas e mesmo que recebiam amparo, era de forma desleixada devido aos atrasos nos repasses do governo ou o número de pessoas de baixa renda saturava e muitos não conseguiam algum dos auxílios ofertados. A lei matematicamente favorece quem tem mais dinheiro, tenho muitos relatos e em alguns sites apontam o grande número de estudantes de escolas particulares que migram para o ensino médio das públicas e entram por meio de cotas de estudantes que fizeram o médio em escola pública e que não precisam declarar renda (sempre estudei a vida inteira em escola pública). Eu não saberia dizer se conseguiria entrar na graduação sem ter feito o ensino médio no IFMG, mas o meu colega de graduação que estudou comigo em escola estadual, durante o ensino básico e fundamental, no processo seletivo nós dois dividimos a quarta posição com a mesma pontuação. Ele no caso é de baixa renda e teve muitas dificuldades durante o curso. Eu concordo em partes com esta lei atual, mas concordaria totalmente se as cotas seguissem o padrão social da sociedade, ou seja, se 8% são ricos, 8% das vagas para eles, se 80% tem renda de 1,5 salários, 80% das vagas para esses alunos (como exemplo). Como eu citei o caso do meu colega que empatou comigo no número de pontos no processo seletivo, ele fez o médio em escola estadual e eu na federal, empatamos, eu concluí as matérias em 4,5 anos na graduação e ele mais de 5 anos, no momento estou trabalhando com a minha família, e ele até certo momento, desempregado.
- c) Abre oportunidade para aqueles que não têm condição e estão desacreditados;
- d) Forma justa de igualar classes;
- e) Enquanto as pessoas desfavorecidas não tiverem acesso a uma educação de qualidade, para competirem de igual com alunos de rede particulares;
- f) É uma chance de pessoas de baixa renda entrar no ensino superior, pois, alunos que sempre estudaram em escola particular apresentam uma qualidade de ensino superior a muitos alunos oriundos de escola pública. A lei de cotas deveria ser relacionada apenas a questões de baixa renda e alunos de escola pública, e não deveria levar em consideração a "cor" da pele;

De acordo com as justificativas acima, sobre a Lei de Cotas, 4 concordam e justificam como uma forma de oportunidade para os menos favorecidos e dois concordam, em parte. Um deles, discorda apenas do fato que a cor da pele ser levada em consideração e o outro relata que a Lei de Cotas não favorece os que realmente são de baixa renda, devido à permanência dos mesmos nas universidades, pois considera insuficientes as bolsas estudantis.

10. Qual o impacto vivenciado ao ingressar no ensino superior, sendo egresso de escola pública de educação básica?

- a) É um meio de muita cobrança, tem que ter muita dedicação. O ensino superior abre muito a visão em todos os aspectos do aluno, de conhecimento, de profissionalismo, dentre outros.
- b) Para mim que tive oportunidade de fazer o ensino médio em um IFMG não me senti muito impactado devido já estar acomodado com o local, mas fiquei muito feliz pois consegui subir um degrau da minha vida que era entrar na graduação que eu queria.
- c) Me deu uma nova visão do mundo e das pessoas;
- d) Eu por ter vindo de escola federal tive menos dificuldade que meus colegas que vieram da rede pública estadual tiveram muita dificuldade;
- e) Satisfação;
- f) É uma transformação constante devido à necessidade de adaptação a um tipo de educação mais rigoroso, no entanto, estas experiências permitem o amadurecimento pessoal e profissional sem precedentes;

Para os estudantes que concluíram o ensino médio no IFMG, foi tranquilo, porém para os egressos da rede estadual de ensino, a nova etapa acadêmica foi impactante e desafiadora, contudo realização pessoal e profissional.

### Egresso

11. Você foi o primeiro da sua família (dos que moram na sua casa) a formar em um curso superior? Justifique.

- a) Não, meu irmão já é formado em Enfermagem e atualmente cursa medicina;
- b) Sim, tenho um irmão, mas este optou por não fazer faculdade;
- c) Não, minha mãe é graduada no ensino infantil;
- d) Não;
- e) Não, meu irmão mais velho formou antes;
- f) Não, os irmãos também possuem ensino superior;
- g) Não, tive um irmão mais velho que concluiu seu curso superior na mesma instituição;

Destes cotistas, apenas 1 foi o primeiro da família a se formar em um curso superior, os demais não foram os primeiros, assim leva a crer que as famílias estão priorizando a educação acadêmica de seus filhos.

12. O curso de Agronomia atendeu as suas expectativas de formação? Justifique.

- a) Sim, porém hoje o mercado está muito restrito em se tratando de emprego e experiência;
- b) Sim, melhorei profissionalmente e evolui como pessoa;
- c) Sim, me deu uma visão bem maior do que eu acreditava que a área possuía;
- d) Sim, tive todo o suporte para minha formação;
- e) Sim, fui surpreendido ao decorrer do curso, pois o curso é mais amplo que eu imaginava;
- f) Sim, é uma área ampla que tem grandes possibilidades de mercado;
- g) Apesar de fazer parte da terceira turma de egressos e a instituição estar em um processo de adequação às exigências e necessidades do curso para melhoria da qualidade do ensino, foi possível muito aprendizado e muitas boas oportunidades neste período de graduação;

Os formandos foram até surpreendidos pela amplitude que o curso de bacharelado em Agronomia tem na área de atuação, levando-os a superar suas expectativas.

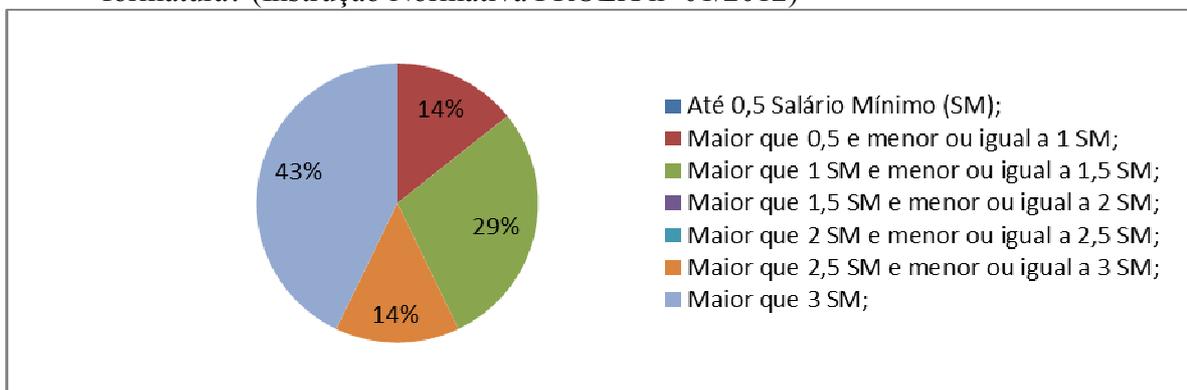
13. Você considera a formação recebida no curso de Agronomia como transformadora na sua vida?

- a) Sim, já fiz alguns trabalhos autônomos que sem o curso jamais seria possível;
- b) Sim, era muito tímido e melhorei com o tempo a minha desenvoltura na fala e na apresentação das minhas ideias para os meus colegas e professores, também melhorei na forma de sanar as minhas dúvidas aprendendo a usar ferramentas para solucionar as mesmas;
- c) Sim, pois me possibilitou uma visão melhor da natureza e das coisas que a envolvem;

- d) Sim, graças a minha formação tenho a oportunidade de trabalhar em uma multinacional da área;
- e) Sim, pois é uma oportunidade de trabalho no meio em que gosto;
- f) Sim, através do curso de Agronomia hoje estou no mestrado;
- g) Sim, o simples fato de obtenção de um diploma de curso superior é uma conquista maravilhosa, entretanto, a possibilidade de estar numa instituição tradicional, de renome regional e cujo ensino é de alta qualidade permite a transformação completa da realidade de pessoas, que assim como eu, vieram de origem simples e sem muitas condições de dar continuidade dos estudos em uma instituição de ensino privada. Além disso, as experiências vividas e compartilhadas com diferentes pessoas e realidades traz consigo muito aprendizado e crescimento.

Todos os formados consideraram, a formação recebida no curso de Agronomia do IFMG/SJE como transformadora na sua vida, assim cada vez mais, a formação do curso assume um papel relevante, de formação de atores sociais engajados na sociedade, com responsabilidade de transformações positivas de forma economicamente social, sustentável e ambiental.

14. Em qual faixa de renda bruta per-capita, sua família se encontra depois de sua formatura? (Instrução Normativa PROEX nº 01/2012)



**Gráfico 19:** Renda per-capita - Concluintes Turma Agronomia 2013

Fonte: Questionário Google Forms elaborado pelo pesquisador

Mesmo depois de formados, embora recém-formados, 43% ainda possuem uma renda bruta per-capita menor ou igual a 1,5 Salário Mínimo. Isto demonstra que não basta apenas concluir um curso de graduação, a inserção no mercado de trabalho é uma nova etapa a ser vencida.

15. Registre os principais aspectos positivos de sua formação acadêmica no curso de Agronomia do IFMG/SJE.

- a) Conhecimento, dedicação, responsabilidade, pontualidade, profissionalismo;
- b) Empenho e dedicação, consegui passar uma verdadeira imagem de um estudante que sabia que fez uma escolha certa ao escolher agronomia;
- c) Garantir um melhor estilo de vida e uma maior abertura no mercado de trabalho;
- d) Professores qualificados;
- e) Possibilidade de trabalhar como autônomo, e ampla área de trabalho;
- f) Instituição de ensino conhecida e com grande credibilidade;
- g) Ensino de qualidade. Estrutura adequada à aprendizagem. Professores qualificados. Apoio socioeconômico por meio da instituição. Oportunidades de Tutorias e Bolsas de Iniciação Científica.

A dedicação, por parte dos estudantes, faz toda a diferença. Não basta apenas ter uma instituição de ensino com professores qualificados, com estrutura para atender as demandas, se o principal interessado, o estudante, não se empenhar, se doar aos estudos, para que a aprendizagem aconteça de forma a gerar bons frutos, literalmente.

16. Registre os aspectos negativos de sua formação acadêmica no curso de Agronomia do IFMG/SJE.

- a) Poucas visitas técnicas;
- b) Deveria ter produzido mais projetos científicos;
- c) Poderia ter maior número de visitas técnicas;
- d) Em vagas de emprego normalmente exigem experiência, fazendo com que os iniciantes se submetam inicialmente em condições precárias;
- e) Falta de estrutura em algumas aulas de campo (falta de aulas práticas); de laboratórios; falta de professores capacitados (a maioria dos professores não pesquisam) e essa falta de pesquisa prejudica muitas vezes a qualidade das aulas;
- f) Cortes orçamentários da instituição por parte do governo. Falta de investimento para ampliação de estruturas de ensino e pesquisa. . Número reduzido de professores o que faz com que muitos destes tenham que se aventurar ministrando disciplinas que fogem de suas especializações;

Os aspectos negativos, aqui registrados, representam o quanto vale o aprendizado em aulas práticas, no aprendizado fora da sala de aula, aula de campo, visitas técnicas, convívio com os produtores rurais, são importantes no momento de exercer a profissão de Agrônomo.

17. Destaque as principais atividades de Estágio que mais contribuíram para a sua formação.

- a) Recomendação de adubação, controle de pragas e doenças do cafeeiro e eucalipto, colheita do café, preparo de solo. Coleta de solo para análise química, dentre outros;
- b) Acompanhamento de pequenos produtores rurais, instalação de sistemas de irrigação e condução de lavouras de hortaliças;
- c) Estágio com a Ambiente Vivo na área de impacto ambiental;
- d) Relacionamento com produtores;
- e) Extensão rural, e trabalho de campo de assessoria;
- f) Estágio realizado no departamento de Solos da Universidade Federal de Viçosa;
- g) Vivência e aprendizado de técnicas de pesquisas com as quais não tive contato dentro do IFMG/SJE, devido às suas limitações estruturais. Entretanto, no estágio que realizei em outra instituição de ensino e pesquisa recebi todo o suporte necessário do IFMG;

Estas principais atividades registradas estão relacionadas com o dia a dia do Agrônomo, assim cada um pode experimentar na prática a área de atuação profissional, até mesmo direcionar os estudos para atender as demandas futuras.

18. Caso tenha participado em atividades de pesquisa. Cite as mais significativas.

- a) Fitorremediação de solo contaminado por sulfentrazone e picloran utilizando em comunidade Dolichos lablab, mucuna aterrima e crotalária juncea;
- b) Plantio de pepino orgânico, onde aprendi muito como é sentir a perda de uma produção inteira, o sentimento do prejuízo, e a outra atividade mais importante foi a produção de mudas cítricas no IFMG, este com sucesso.
- c) Voluntário em recuperação de nascentes.
- d) Participação voluntária em trabalhos de extensão. Atuação como bolsistas em dois programas de Iniciação Científica.

Participar de atividades de pesquisa e extensão na formação acadêmica, enriquece o currículo e edifica a vida profissional. E em um dos relatados acima, vários fatores irão influenciar nas boas colheitas, contudo ver uma produção inteira ser perdida e ter discernimento para dar a volta por cima com novas produções e obter sucesso é gratificante para o aprendizado.

19. Destaque os eventos e atividades de extensão, culturais e sociais que mais marcaram sua trajetória de formação.

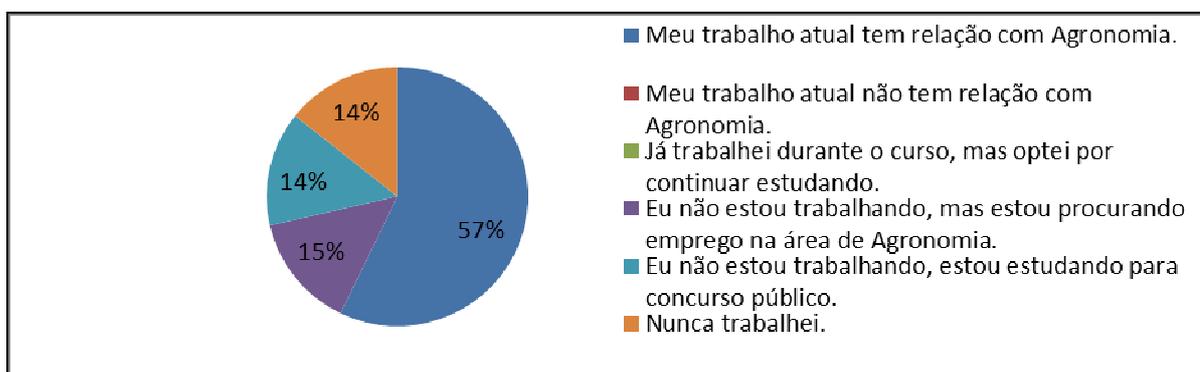
- a) Estudo de plantas medicinais do município de São João Evangelista;

- b) Ser tutor da disciplina de Fertilidade de solos aprendi muito mais sobre esta matéria crucial para a nossa profissão ajudando colegas com dúvidas;
- c) Estágio no projeto jaiba, palestra de empreendedorismo;
- d) Desconheço algum que marcou;
- e) Infelizmente o número de eventos e qualidade destes voltados aos cursos do IFMG ainda são bastante limitados, ainda assim, possibilitam a agregação dos conhecimentos gerados os quais podem ser transferidos à comunidade acadêmica e externa;

Neste contexto, nota-se que na trajetória dos estudantes, o que mais deixam marcas são os pontos positivos e/ou negativos, individuais, que cada aluno envolvido busca e recebe o *feedback* da instituição de ensino. Quanto maior for o interesse individual do aluno, maior será seus destaques na trajetória de formação.

20. A opção que melhor revela a sua situação atual em relação ao trabalho?

Dos cotistas formados, 57% estão trabalhando na área de formação, os demais estão procurando emprego na área, estudando para concurso público e que nunca trabalhou. Assim, cada um busca, a realização pessoal e profissional, de acordo com o gráfico 20.



**Gráfico 20:** Situação atual em relação ao trabalho - Cotistas concluintes Turma Agronomia 2013

Fonte: Questionário Google Forms elaborado pelo pesquisador

21. Você atualmente atua ou pretende atuar na área de formação. Especifique a área:

- a) Sim, atualmente pretendo abrir meu próprio negócio;
- b) No momento não;
- c) Estou atuando em serviços periódicos na área de impacto ambiental;
- d) Trabalho com sementes de soja e algodão;
- e) Sim, mas como funcionário público;
- f) Pretendo atuar;
- g) Atualmente estou na pós-graduação com dedicação exclusiva;

A área de atuação dos Agrônomos é vasta, assim não foi diferente nesta amostra de cotistas, onde nenhum deles estão atuando na mesma área, que pode ser por opção ou a vaga que encontrou.

22. Você está cursando ou pretende cursar Pós-graduação? Em que área? Em que IES?

- a) Não pretendo;
- b) No momento não pretendo cursar uma pós-graduação;
- c) Ainda pretendo cursar uma pós-graduação, na área ambiental;
- d) Não estou cursando, mas pretendo cursar na área de sementes;
- e) Não, atualmente estou focado em concurso público;
- f) Sim, área de Entomologia, UEMS;

- g) Atualmente sou mestrando no programa de pós-graduação em produção vegetal da Universidade Estadual do Norte Fluminense, na sublinha de pesquisa de Ecofisiologia de plantas Tropicais e subtropicais;

Ao considerar as respostas acima, três não pretendem cursar uma pós-graduação, três pretendem cursar e apenas um é mestrando pela UENF. Assim, percebe-se que o interesse em exercer a profissão, neste momento, é mais significativo.

23. Dê sugestões gerais e específicas que possam contribuir para o aperfeiçoamento do Curso de Agronomia do IFMG Campus SJE:

- a) Mais visitas técnicas, mais aulas práticas.
- b) As visitas técnicas deveriam sair do foco em visitar madeireiras e focar mais em campos de produção como olericultura e fruticultura, a região se desenvolveu muito nestes campos (tomate, abóbora, milho, pastagens, mudas, etc.), madeireiras procuram engenheiros florestais e o mercado já está saturado destes profissionais. Outro ponto é focar em trabalhar os alunos para serem autônomos, produtores rurais, o mercado de trabalho está extremamente difícil, muitos destes alunos têm familiares com terrenos produtivos e já vi muitos colegas se formarem e ficarem perdidos quando não conseguem um emprego e não conseguem iniciar um trabalho em parceria com conhecidos;
- c) Aumentar a quantidade de aulas práticas;
- d) Os alunos devem ter uma formação mais prática, e o instituto favorecer o vínculo com empresas, para que os alunos tenham melhor rede de contatos, favorecendo o emprego dos recém-formados;
- e) Melhorar a qualidade das aulas e aulas práticas; incentivar os professores de Agronomia a realizarem pesquisas e publicarem suas pesquisas juntamente com seus alunos;
- f) Ampliação das estruturas de pesquisas. Investimentos para compra de equipamentos laboratoriais de ensino e pesquisa. Aumento do número de bolsas de Iniciação Científica. Ampliação do quadro de professores. Melhorar a qualidade dos eventos técnico-científicos da instituição visando atrair a participação de toda a comunidade acadêmica e externa;

As sugestões de melhorias abordadas serão encaminhadas ao coordenador de curso, que por sua vez, deve analisar e apresentar ao Colegiado para apreciação e possível adaptação na matriz curricular. Nestes casos acima relatados, as aulas práticas e visitas técnicas foram bem evidenciadas, assim como o incentivo à pesquisa e extensão, todos com o objetivo de preparar melhor o futuro profissional para atuar, tanto por conta própria ou como empregado.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo contribuiu para repensar, desmitificar e reconstruir sentidos e significados na promoção da igualdade de oportunidades para o ingresso nas IFES e na gestão da educação pública. Por isso, as análises da trajetória dos egressos cotistas do curso Bacharelado em Agronomia/2013 do IFMG/SJE, contribuíram para a reflexão sobre a educação de qualidade para todos e os grandes desafios a serem enfrentados na área de políticas públicas.

O ingresso do estudante em uma instituição de ensino superior, seja ela pública ou privada, sempre foi impactante, pois os egressos do ensino médio viverão uma nova experiência de estudos. Uma dessas pode ser o estudo voltado para os três pilares da educação: ensino, pesquisa e extensão. Assim, não é diferente para os cotistas que, além deste impacto, envolve-se renda per-capita familiar baixa e egresso de escolas públicas.

O objetivo de caracterizar do ponto de vista teórico/metodológico a Lei de Cotas, foi atingido nas posições de pesquisadores sobre o tema de políticas públicas, ação afirmativa, igualdade e diferenças, voltadas para a educação. As Ações Afirmativas e Sistema de Cotas – Leis, Questões Históricas, Legais, Políticas, Econômicas e Educacionais, foram descritas para fundamentar esta pesquisa.

Para caracterizar o perfil dos estudantes-cotista do curso Bacharelado em Agronomia/2013 do IFMG/SJE, o objetivo foi alcançado ao detectar que 87% dos ingressantes da turma eram egressos de escola pública, 70% dos ingressantes se autodeclararam pardos e pretos, e apenas 37,5% foram matriculados como cotistas, e os demais 62,5% como ampla concorrência, percebendo-se que vários ingressantes poderiam ter candidatado pela Lei de Cotas e optaram por ampla concorrência.

Ao descrever a trajetória de formação e o desempenho acadêmico dos egressos cotistas turma Agronomia/2013 do IFMG/SJE, diante dos resultados apurados, as participações dos cotistas, demonstraram o empenho e dedicação dos mesmos em aprofundar nos estudos, com o objetivo de novos conhecimentos e aplicação acadêmica e profissional, nota-se que mesmo alguns cotistas ingressantes com notas mais baixas nos processos seletivos, não foram obstáculos para o êxito acadêmico, visto que 53% destes concluíram o curso até 31/08/2019, acima da média Brasil e Minas Gerais.

A participação dos cotistas nos estágios, atividades de pesquisa e extensão e eventos do IFMG/SJE foi relevante, justifica-se o desempenho satisfatório e a confirmação que não são os cotistas que fazem cair a qualidade de ensino do curso, muito pelo contrário, se destacam, lembrando-se que os 13 concluintes eram egressos de escolas públicas, sendo 07 do IFMG/SJE oriundos do curso Técnico em Agropecuária.

Foi percebido através dos dados da biblioteca, uma das fontes de pesquisa por parte dos estudantes da turma Agronomia/2013 do IFMG/SJE que, nos 3 primeiros anos do curso a procura de livros foram bem significativa nas disciplinas básicas, e como 87% foram egressos de escola pública, os investimentos na educação básica deverão ser intensificados para que os alunos cheguem mais qualificados no ensino superior.

Os auxílios e assistências estudantis no estudo, fizeram muita diferença no ingresso e na permanência dos estudantes no ensino superior, em especial para os cursos diurnos, com aulas manhã e tarde, pois estes estudantes não conseguiam trabalho para auxiliar a renda familiar. Isto é preocupante, visto que o orçamento para assistência estudantil não está aumentando na proporção de ingresso de novos estudantes e, por último, em 2019 o governo federal está analisando a possibilidade de cobrar mensalidades nas instituições públicas de ensino superior.

O ingresso no ensino superior por meio de cotas e o diploma nas mãos, não são garantia de emprego e renda. A inserção no mundo do trabalho deve ser conquistada com dedicação e empenho, como foi demonstrado nesta pesquisa pelos cotistas e também por parte do governo através de políticas públicas. Assim, nota-se o quanto é importante e necessária a Lei de Cotas para os egressos de escola pública, como forma de oportunidade de realização acadêmica, pessoal e profissional.

Quanto à revisão da Lei nº 12.711/2012, foi percebido pelo pesquisador, que os portadores de um diploma de graduação que queiram se submeter a um novo processo seletivo em instituições públicas de ensino superior, podem se candidatar como “cotista” desde que tenha feito todo o ensino médio em escola pública. Acredita-se que seja um dos casos relevantes de revisão, caso que não é permitido pelo PROUNI, que é destinado apenas para a primeira graduação.

Espera-se que, considerando os resultados aqui discutidos, sirvam de apoio às tomadas de decisão do IFMG/SJE, assim como do governo para subsidiar a revisão da Lei nº 12.711/2012 e que os grupos sociais historicamente discriminados sejam levados em consideração para que aconteça o crescimento social, cultural e econômico.

## 7 REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Luciana. Revista. Vinte anos depois, LDB permanece à espera de ser totalmente implantada. Educação, Ed. 235, 2016. Disponível em: <http://www.revistaeducacao.com.br/vinte-anos-depois-ldb-permanece-espera-de-ser-totalmente-implementada/> Acesso em: 14 fevereiro 2018.

ASSIS, Alessandra Santos de. Contribuições do PIBID para a valorização dos professores: O que dizem as teses e dissertações? 38ª Reunião Nacional da ANPEDd. Disponível em: [http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho\\_38anped\\_2017\\_GT08\\_1256.pdf](http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT08_1256.pdf) Acesso em 25 maio 2018.

BARBOSA, Ana Paula; VIEIRA, Paulo Alberto dos Santos. Cotas para Negros em Universidades no Brasil: Questões de Raça, Mérito e Qualidade na Educação Pública. 38ª Reunião Nacional – ANPED. Disponível em: [http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho\\_38anped\\_2017\\_GT21\\_1158.pdf](http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT21_1158.pdf) Acesso em: 14 fevereiro 2018.

BARROS, José D'Assunção. Igualdade e Diferença – uma discussão conceitual ao contraponto das desigualdades. 38ª Reunião Nacional – ANPED. Disponível em: [http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalhoencom\\_38anped\\_2017\\_gt02\\_textojosecostadassuncoobarros.pdf](http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalhoencom_38anped_2017_gt02_textojosecostadassuncoobarros.pdf) Acesso em: 14 fevereiro 2018.

BEZERRA, Teresa Olinda Caminha; GURGEL, Cláudio Roberto Marques. A Política Pública de Cotas Nas Universidades, Desempenho Acadêmico e Inclusão Social. In Revista Pensamento & Realidade, São Paulo 2012, ano XV – v. 27 n° 2/2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/12650/9213> Acesso em: 25 maio 2018.

BOAKARI, Francis Musa. Uma pedagogia interétnica para a educação brasileira: para não dizer que não tive sonhos realizáveis. Revista do Mestrado em Educação: Linguagens, Educação e Sociedade. UFPI, n. 4. Teresina PI: EDUFPI, 1999.

BORDIEU. Pierre; PASSERON, Jean Claude. A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2 ed. Rio de Janeiro: livraria Francisco Alves Editora S.A., 1982.

BRASIL, Lei Imperial n° 3.353 de 13 de maio de 1888. Rio de Janeiro: 1888.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. Lei n° 5.465 (1968). Dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5465-3-julho-1968-358564-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 27 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. PL 1.332 de 15/06/1983. Dispõe sobre ação compensatória visando a implementação do princípio da isonomia social do negro, em relação aos demais segmentos étnicos da população brasileira, conforme direito assegurado pelo Art. 153 § 1º da Constituição Federal. Disponível em: [http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20.asp?selCodColecaoCsv=D&DataIn=15/06/1983&txpagina=5162&altura=650&largura=800#](http://imagem.camara.gov.br/dc_20.asp?selCodColecaoCsv=D&DataIn=15/06/1983&txpagina=5162&altura=650&largura=800#/) Acesso em: 27 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Rio de Janeiro: FAE, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação e Cultura. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 – estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. D.O.U. de 20.12.1996. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. PL nº 73 de março de 1999. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais e da outras providências <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD16MAR1999.pdf#page=78>> Acesso em: 27 agosto 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.260 de 12/07/2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. D.O.U. 13.07.2001. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003, que Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" - D.O.U. de 10.1.2003. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior. D.O.U. 14.01.2005. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.800, (2006). Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. D.O.U. 09.06.2006. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. D.O.U. 25.04. 2007

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. D.O.U. 30.12.2008. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010 – Institui o Estatuto da Igualdade Racial. D.O.U. 21/07/2010. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010 – Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES- D.O.U. 20.07.2010. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). DOU 27.10.2011. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012 - Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. -DOU de 30.8.2012. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.796 de 04 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. D.O.U 05.04.2013. Brasília, DF.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dimensões institucionais da gestão escolar. Revista Pesquisa e debate em educação – Programa de Pós Graduação em Gestão da Educação Pública/UFJF, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, 2013, p. 15.

CARVALHO, Igor. Dez Anos De Cotas Nas Universidades: O Que Mudou? In Revista Forum Semanal. São Paulo 2014. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/digital/138/sistema-de-cotas-completa-dez-anos-nas-universidades-brasileiras/>> Acesso em: 24 maio 2018.

CARREIRA, Denise– A Execução Orçamentaria das Políticas de Diversidade nos Governos Lula e Dilma: Obstáculos e Desafios. 38ª Reunião Nacional - ANPEd. Disponível em: <[http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho\\_38anped\\_2017\\_GT05\\_1091.pdf](http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT05_1091.pdf)> Acesso em 14 fevereiro 2018.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI Renato de Sousa Porto. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? Educ. rev. no.28 Curitiba July/Dec. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602006000200009>>. Acesso em: 07 maio 2018.

CAVALCANTE, Carmem Haab Lutte; SANTOS JÚNIOR, Pedro Aureliano dos. Fatores que influenciam o desempenho escolar: a percepção dos estudantes do curso Técnico em Contabilidade do IFRS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus Porto Alegre. In: *Revista Liberato*, Novo Hamburgo, v. 14, n. 21, p. 01-112, jan./jun. 2013.

COSTA, Maria Luisa Furlan. História e Políticas Públicas para o Ensino Superior a Distância no Brasil: O Programa Universidade Aberta do Brasil em Questão. Revista HISTEDBR Online, Campinas, n.45, p. 281-295, mar2012 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/45/art18\\_45.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/45/art18_45.pdf) Acesso em: 27 maio 2018.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v25n94/1809-4465-ensaio-25-94-0148.pdf>> Acesso em: 28 maio 2018.

FANTINI, João Ângelo. Aquarela da Intolerância: Racialização e Políticas de Igualdade no Brasil. *Leitura Flutuante*, 2012 n.4,p.64-65.

FERNANDES, Ana Paula Cerqueira, ROBERTO, Joanna de Ângelis Lima Roberto, OLIVEIRA, Luiz Fernandes de Oliveira (orgs). Educação e Axe: uma perspectiva intercultural na educação. 1ª. Ed.RJ:Imperial Novo Milênio Gráfica e Editora Ltda, 2015, p.232.

FERNANDES, Florestan, A integração do negro na sociedade de classes: (no linear de uma nova era). Volume 2. São Paulo: Globo, 2008, p.430.

FREIRE, Paulo, 1921-1997, FREIRE, Ana Maria Araújo, OLIVEIRA, Walter Ferreira de. Pedagogia da solidariedade. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016, p.142.

GEMAA- Grupo de estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativas. Disponível em: <<http://gema.iesp.uerj.br/o-que-sao-acoes-afirmativas>> Acesso em: 25/05/2018.

GENRO, Ângela Saideles; ROSSI, Jaqueline Fogiatto; RIBAS, Renata. Análise Crítica do Estatuto da Igualdade Racial. Jusbrasil, 2010. Disponível em: <<https://jorgecesarassis.jusbrasil.com.br/artigos/121940526/analise-critica-do-estatuto-da-igualdade-racial>> Acesso em: 27 maio 2018.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Escola e diversidade étnico-cultural: um diálogo possível. In: DAYRELL, Juarez (org). Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 1996.

\_\_\_\_\_. Limites e possibilidades da implementação da Lei 10.639/03 no contexto das políticas públicas. [2011?]. Disponível em: <[http://br.boell.org/downloads/caminhos\\_convergentes\\_2\\_nilma.pdf](http://br.boell.org/downloads/caminhos_convergentes_2_nilma.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. (2002) Disponível em: <<http://www.rizoma.ufsc.br/pdfs/641-of1-st1.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2017.

GOMES, Ana Beatriz Silva. Movimento negro e educação inclusiva. In: ALBUQUERQUE, Luiz Botelho. Currículo contemporâneos: formação, diversidade e identidades em transição, Fortaleza-CE: Editora UFC, 2005, p.37-56.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade: o Direito como instrumento de transformação social: a experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Lei 3.524. Dispõe sobre critérios de seleção e admissão de estudantes da rede pública estadual de ensino em universidades públicas estaduais e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ, 28 dez. 2000.

\_\_\_\_\_. Lei nº 3.708. Institui cota de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda no acesso a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade Estadual do Norte Fluminense e dá outras providências, Rio de Janeiro, RJ, 9 nov.2001.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Disponível em:<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad\\_continua/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default.shtm)>. Acesso em: 25 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Estatística Por Cidade Estado. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/por-cidade-estado-estatisticas.html?t=destaques&c=3162807>>. Acesso em 25 maio 2018.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, IFMG. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): IFMG 2014-2018. Belo Horizonte: IFMG, 2015, 247f.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 47 de 17 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o Regulamento de Ensino dos Cursos de Graduação do IFMG. Disponível em <[https://www2.ifmg.edu.br/portal/ensino/Resolucao47\\_2018RegulamentoEnsinoCursosdeGraduacao.pdf/view](https://www2.ifmg.edu.br/portal/ensino/Resolucao47_2018RegulamentoEnsinoCursosdeGraduacao.pdf/view)>. Acesso em 05/01/2019.

Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinópsse Estatística da Educação Superior 2013. Brasília: Inep 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 14 fevereiro 2018.

\_\_\_\_\_. Sinótese Estatística da Educação Superior 2014. Brasília: Inep 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 14 fevereiro 2018.

\_\_\_\_\_. Sinótese Estatística da Educação Superior 2015. Brasília: Inep 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>> Acesso em: 14 fevereiro 2018.

\_\_\_\_\_. Sinótese Estatística da Educação Superior 2016. Brasília: Inep 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 14 fevereiro 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 5ª ed. São Paulo: Atlas 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

LIRA, Lucivaldo Paz de, 2016. A Educação Profissional sob o Olhar do Pronatec: realidade e contexto no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Boituva/SP. America: UNISAL, 2015, 101f. Disponível em: <[http://unisal.br/wp-content/uploads/2017/04/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_Lucivaldo-Paz-de-Lira.pdf](http://unisal.br/wp-content/uploads/2017/04/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Lucivaldo-Paz-de-Lira.pdf)> Acesso em: 17 maio 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista, 13 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011.

MENDES, Máira Tavares. Cotas não, PIMESP sim? Discurso sobre o mérito no acesso a uma universidade paulista. 38ª Reunião Nacional – ANPEd. Disponível em: <[http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho\\_38anped\\_2017\\_GT11\\_402.pdf](http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT11_402.pdf)> Acesso em: 14 fevereiro 2018.

MONT'ALVÃO, André. Estratificação Educacional no Brasil do Século XXI. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, 2011, p. 393.

MOROSINI, Marília Costa; NOGUEIRA, Fernanda. Política Afirmativa na Educação Superior Brasileira: As cotas raciais como interferência no espaço de poder universitário na perspectiva de docentes da medicina. 38ª Reunião Nacional – ANPEd. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt21-4101.pdf>. Acesso em 17 maio 2018.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NONATO, Brécia França. SISU e Política de Reserva de Vagas: Igualdade de Oportunidades no Acesso ao Ensino Superior Público?. 38ª Reunião Nacional – ANPEd. Disponível em: <[http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho\\_38anped\\_2017\\_GT14\\_296.pdf](http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT14_296.pdf)> Acesso em: 14 fevereiro 2018.

QUINTANA, M. Espelho mágico. Porto Alegre: Ed. Globo. 2005.

OLIVEIRA, Dijaci David de. Jornal O Popular, 2012. Disponível em: <<http://www.opopular.com.br/cmlink/o-popular/editorias/opiniao/opini%C3%A3o-artigo-2-1.146392/lei-do-boi-44-anos-1.195084>> Acesso em 27 maio 2018.

QUEIROZ, Viviane de. Fundo de Financiamento Estudantil (FIES): uma nova versão do CREDUC. ANDES-SN, fevereiro de 2015, p.44-57. Disponível em:

<<http://www.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1095164128.pdf> Acesso em: 29 maio 2018.

Retratos: a Revista do IBGE nº 11 de maio de 2018. Disponível: <[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/17eac9b7a875c68c1b2d1a98c80414c9.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/17eac9b7a875c68c1b2d1a98c80414c9.pdf)> Acesso em 05/02/2019.

SEPPPIR, Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Site 2015. Disponível em: <[http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/noticias/ultimas\\_noticias/2010/07/kabelengele-apoia-sancao-do-estatuto-da-igualdade-racial](http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/noticias/ultimas_noticias/2010/07/kabelengele-apoia-sancao-do-estatuto-da-igualdade-racial)> Acesso em: 27 maio 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Gramática do Tempo. Para uma Nova Cultura Política, 2 ed., São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Jocélio Teles dos (org). Cotas nas Universidades: análises dos processos de decisão. Salvador: CEAP, 2012, p.288.

\_\_\_\_\_. O Impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012). Salvador:CEAO, 2013, p.280.

SANTOS, Sérgio Pereira dos. Os “Intrusos” e os “Outros” Oxigenando a Universidade: por uma relação articulada entre a raça e classe nas ações afirmativas. 37ª Reunião Nacional da ANPEd, UFSC- Florianópolis, 2015, Disponível em: <<http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT21-4634.pdf>>. Acesso em 24 maio 2018.

SCHULTZ, T. W.. O Capital Humano: investimentos em educação e pesquisa. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SILVA, Nelson do Valle. & HASENBALG, Carlos. Tendências da desigualdade educacional no Brasil. Dados on-line v.43 n.3 Rio de Janeiro 2000. Disponível: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-55582000000300001>>. Acesso em: 10 maio 2017.

\_\_\_\_\_. (2003), "Expansão Escolar e Estratificação Educacional no Brasil", in N. do V. Silva e C. Hasenbalg (eds. ), *Origens e Destinos: Desigualdades Sociais ao Longo da Vida*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2003.

SOUZA, Renan Arjona de. O Significado Social dos Cursos de Licenciatura do Campus Nova Iguaçu da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro para a Baixada Fluminense. Rio de Janeiro, UFRRJ 2016, 129f.

## **8 APÊNDICES:**

## Apêndice A



Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia de Minas Gerais  
Campus São João Evangelista



### FICHA DE MATRÍCULA - 2013 Bacharelado em Agronomia

**ALUNO(A):** \_\_\_\_\_ **VAGA:** \_\_\_\_\_

Email: \_\_\_\_\_

Data Nascimento \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Naturalidade: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ Renda familiar: \_\_\_\_\_

#### FILIAÇÃO:

Pai: \_\_\_\_\_ Profissão do pai: \_\_\_\_\_

Mãe: \_\_\_\_\_ Profissão da mãe: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Telefone Residencial: \_\_\_\_\_ Celular: \_\_\_\_\_

#### DECLARAÇÃO DE COR / RAÇA

Branca

Preta

Parda

Amarela

Indígena

Não declarada

Declaro, para fins da Lei nº 12.089 de 11 de novembro de 2009, que não possuo vínculo, na condição de discente graduando, em nenhuma outra Instituição Pública de Ensino Superior, bem como não estar matriculado em nenhum curso de graduação oferecido pelo IFMG – Campus São João Evangelista.

Assumo a responsabilidade pela indenização, total ou parcial, de danos causados por mim ao patrimônio deste estabelecimento, assim como de respeitar os dispositivos do seu regimento Interno.

Declaro estar ciente de todas as informações contidas neste documento.

São João Evangelista, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Aluno

\_\_\_\_\_  
Secretaria de Registros Escolares

Av. 1º de Junho, 1043 – Centro – São João Evangelista – MG  
CEP: 39705-000 – Telefax: (33) 3412-2900/2910  
E-mail: [sje@ifmg.edu.br](mailto:sje@ifmg.edu.br) Home Page: [www.sje.ifmg.edu.br](http://www.sje.ifmg.edu.br)

## Apêndice B



INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
MINAS GERAIS

### ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA PROEX Nº 01/2012 QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

#### Dados Pessoais

Curso: ( ) Formação Inicial e Continuada ( ) Curso Técnico Integrado ( ) Curso Técnico Subsequente  
( ) Curso Técnico Concomitante ( ) Curso Superior – Bacharelado ( ) Curso Superior – Tecnológico  
( ) Curso Superior – Licenciatura ( ) Curso de Pós-Graduação

Campus: \_\_\_\_\_

Sexo: ( ) M ( ) F

Cor/raça: ( ) Branca ( ) Preta ( ) Parda ( ) Amarela ( ) Indígena

Faixa etária: ( ) Até 14 anos ( ) de 15 a 17 anos ( ) de 18 a 19 anos ( ) de 20 a 24 anos  
( ) de 25 a 29 anos ( ) de 30 a 39 anos ( ) de 40 a 49 anos ( ) acima de 50 anos

#### Dados Socioeconômicos

1- Antes de se matricular no IFMG, você estudou: ( ) sempre em escola pública ( ) parte em escola pública, parte em particular ( ) parte em escola pública, parte em escola particular com bolsa ( ) escola particular com bolsa ( ) sempre em escolar particular

2-Situação do pai: ( ) Presente ( ) Ausente ( ) Falecido

3-Grau de instrução: ( ) Analfabeto ( ) 1º grau incompleto ( ) 1º grau completo ( ) 2º grau incompleto  
( ) 2º grau completo ( ) Superior incompleto ( ) Superior completo  
( ) Outro Especificar: \_\_\_\_\_

4-Situação da mãe: ( ) Presente ( ) Ausente ( ) Falecida

5-Grau de instrução: ( ) Analfabeta ( ) 1º grau incompleto ( ) 1º grau completo ( ) 2º grau incompleto  
( ) 2º grau completo ( ) Superior incompleto ( ) Superior completo  
( ) Outro Especificar: \_\_\_\_\_

6-Você reside: ( ) Com amigos ( ) Com os pais ( ) Em casa de estudantes  
( ) Com o cônjuge ( ) Com a mãe ( ) Com o pai  
( ) Em pensionato ( ) Outro Especificar: \_\_\_\_\_

7-Residência: ( ) Própria ( ) Alugada pelos pais ( ) Própria dos pais ( ) Cedida ( ) Alugada por você

8-Área de procedência ( ) Urbana ( ) Rural

9-Renda familiar: \_\_\_\_\_ salários mínimos(em números inteiros)

10-Número de pessoas que compõem a família (inclusive você): \_\_\_\_\_

Assinatura do aluno ou responsável: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## Apêndice C – Questionário aplicado no levantamento de Campo

### Questionário de percepção do Egresso de Agronomia IFMG/SJE:

Eu, Paulo Sergio Pereira, servidor técnico administrativo do IFMG/SJE e discente do curso de Mestrado em Educação da UFRRJ, estou fazendo uma pesquisa sobre os discentes que ingressaram em 2013 no IFMG/SJE no curso Bacharelado em Agronomia por meio de cotas, de acordo com a Lei nº 12.711 de 29/08/2012, e que concluíram o curso até 31/08/2018. Esta pesquisa integrará minha dissertação de Mestrado em Educação na UFRRJ, sob a orientação da prof.<sup>a</sup> Nádia Maria Pereira de Souza. Conto com sua participação neste processo. Asseguro-lhe que sua identidade será mantida sob sigilo.

### Questionário

#### I – Identificação Geral

Base documental, secretaria de registro acadêmico do IFMG/SJE.

#### II - Período de Formação

01. Por que escolheu o IFMG/SJE?

---

---

---

02. O Curso Bacharelado em Agronomia foi a sua primeira opção no vestibular ou SISU?  
( ) Sim. Justifique: \_\_\_\_\_

( ) Não. Justifique: \_\_\_\_\_

03. Seus pais apoiaram a escolha deste curso? Por quê?

---

---

---

04. Você considerou suficiente o apoio oferecido pelo IFMG/SJE para sua formação durante o curso?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) Em parte

Especifique/Justifique: \_\_\_\_\_

---

---

05. Você indicaria o curso de Agronomia do IFMG/SJE para alguma pessoa? Justifique

( ) Sim                      ( ) Não

---

---

06. Ao ingressar no IFMG/SJE você foi bem recebido como cotista?

( ) Sim                      ( ) Não

07. Durante sua trajetória no IFMG/SJE foi sempre tratado com equidade?

( ) Sim ( ) Não

08. Gostaria de relatar algum fato positivo ou negativo vivenciado por você ou de algum colega cotista?

( ) Sim:

---

---

---

( ) Não

09. Qual a sua opinião sobre a Lei 12.711 de 2012, Lei de Cotas nas Universidades Federais?

( ) Concordo

( ) Não concordo

( ) Concordo em parte

( ) Desconheço a lei

Sinta-se a vontade para justificar sua resposta:

---

---

---

---

10. Qual o impacto vivenciado ao ingressar no ensino superior, sendo egresso de escola pública de educação básica?

---

---

---

### **Egresso**

11. Você foi o primeiro da sua família (dos que moram na sua casa) a formar em um curso superior?

( ) Sim.

( ) Não. Justifique: \_\_\_\_\_

---

12. O curso de Agronomia atendeu as suas expectativas de formação? Justifique.

---

---

---

13. Você considera a formação recebida no curso de Agronomia como transformadora na sua vida?

( ) Sim

( ) Não

( ) Em parte

Especifique/Exemplifique: \_\_\_\_\_

---

---

14. Em qual faixa de renda bruta per-capita, sua familiar se encontra depois de sua formatura? (Instrução Normativa PROEX nº 01/2012)

- ( ) Até 0,5 Salário Mínimo (SM);
- ( ) Maior que 0,5 e menor ou igual a 1 SM;
- ( ) Maior que 1 SM e menor ou igual a 1,5 SM;
- ( ) Maior que 1,5 SM e menor ou igual a 2 SM;
- ( ) Maior que 2 SM e menor ou igual a 2,5 SM;
- ( ) Maior que 2,5 SM e menor ou igual a 3 SM;
- ( ) Maior que 3 SM;

15. Registre os principais aspectos positivos de sua formação acadêmica no curso de Agronomia do IFMG/SJE.

---

---

---

---

---

16. Registre os aspectos negativos de sua formação acadêmica no curso de Agronomia do IFMG/SJE.

---

---

---

---

---

17. Destaque as principais atividades de Estágio que mais contribuíram para a sua formação.

---

---

---

---

---

18. Caso tenha participado em atividades de pesquisa. Cite as mais significativas.

---

---

---

---

---

19. Destaque os eventos e atividades de extensão, culturais e sociais que mais marcaram sua trajetória de formação.

---

---

---

---

---

20. Assinale a opção que melhor revela a sua situação atual em relação ao trabalho?

- ( ) Meu trabalho atual tem relação com Agronomia.
- ( ) Meu trabalho atual não tem relação com Agronomia.
- ( ) Já trabalhei durante o curso, mas optei por continuar estudando.
- ( ) Eu não estou trabalhando, mas estou procurando emprego na área de Agronomia.
- ( ) Eu não estou trabalhando, estou estudando para concurso público.
- ( ) Nunca trabalhei.

21. Você atualmente atua ou pretende atuar na área de formação. Especifique a área:

---

---

---

22. Você está cursando ou pretende cursar Pós-graduação? Em que área? Em que IES?

---

---

---

23. Dê sugestões gerais e específicas que possam contribuir para o aperfeiçoamento do Curso de Agronomia do IFMG Campus SJE:

---

---

---

## **9 ANEXOS**

## Anexo A

<b>1 - Dados Gerais - Graduação Presencial e a Distância</b>										
<b>1.2 - Matrículas / Concluintes em Cursos de Graduação - Presenciais e a Distância, por Organização Acadêmica e Grau Acadêmico (Bacharelado, Licenciatura, Tecnólogo e Não Aplicável), segundo a Categoria Administrativa das IES - 2013</b>										
Matrículas / Concluintes	Total Geral					IF e CEFET				
	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável
<b>Matrículas</b>	<b>7.305.977</b>	<b>4.912.510</b>	<b>1.374.174</b>	<b>995.748</b>	<b>23.747</b>	<b>120.407</b>	<b>34.799</b>	<b>40.544</b>	<b>44.910</b>	<b>154</b>
Pública	1.932.527	1.166.489	599.718	143.169	23.151	120.407	34.799	40.544	44.910	154
Federal	1.137.851	735.407	328.694	61.975	11.775	120.407	34.799	40.544	44.910	154
Estadual	604.517	287.712	238.106	67.323	11.376	-	-	-	-	-
Municipal	190.159	143.370	32.918	13.871	-	-	-	-	-	-
Privada	5.373.450	3.745.821	774.456	852.577	596	-	-	-	-	-
<b>Concluintes</b>	<b>991.010</b>	<b>594.695</b>	<b>201.353</b>	<b>194.962</b>	<b>-</b>	<b>9.419</b>	<b>1.826</b>	<b>3.250</b>	<b>4.343</b>	<b>-</b>
Pública	229.278	139.891	71.149	18.238	-	9.419	1.826	3.250	4.343	-
Federal	115.336	75.300	33.453	6.583	-	9.419	1.826	3.250	4.343	-
Estadual	82.892	43.457	31.208	8.227	-	-	-	-	-	-
Municipal	31.050	21.134	6.488	3.428	-	-	-	-	-	-
Privada	761.732	454.804	130.204	176.724	-	-	-	-	-	-

<b>1 - Dados Gerais - Graduação Presencial e a Distância</b>										
<b>1.2 - Matrículas / Concluintes em Cursos de Graduação - Presenciais e a Distância, por Organização Acadêmica e Grau Acadêmico (Bacharelado, Licenciatura, Tecnólogo e Não Aplicável), segundo a Categoria Administrativa das IES - 2014</b>										
Matrículas / Concluintes	Total Geral					IF e CEFET				
	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável
<b>Matrículas</b>	<b>7.828.013</b>	<b>5.309.414</b>	<b>1.466.635</b>	<b>1.029.767</b>	<b>22.197</b>	<b>131.962</b>	<b>41.709</b>	<b>43.410</b>	<b>46.584</b>	<b>259</b>
Pública	1.961.002	1.192.196	604.623	142.289	21.894	131.962	41.709	43.410	46.584	259
Federal	1.180.058	764.979	334.688	63.118	17.283	131.962	41.709	43.410	46.584	259
Estadual	615.849	297.736	240.067	73.397	4.587	-	-	-	-	-
Municipal	165.085	129.419	29.868	5.774	24	-	-	-	-	-
Privada	5.867.011	4.117.218	862.012	887.478	303	-	-	-	-	-
<b>Concluintes</b>	<b>1.027.092</b>	<b>603.904</b>	<b>217.059</b>	<b>206.129</b>	<b>-</b>	<b>11.663</b>	<b>2.483</b>	<b>4.564</b>	<b>4.616</b>	<b>-</b>
Pública	241.765	140.876	83.520	17.369	-	11.663	2.483	4.564	4.616	-
Federal	128.084	83.480	37.759	6.845	-	11.663	2.483	4.564	4.616	-
Estadual	89.602	40.209	40.276	9.117	-	-	-	-	-	-
Municipal	24.079	17.187	5.485	1.407	-	-	-	-	-	-
Privada	785.327	463.028	133.539	188.760	-	-	-	-	-	-

<b>1 - Dados Gerais - Graduação Presencial e a Distância</b>										
<b>1.2 - Matrículas / Concluintes em Cursos de Graduação - Presenciais e a Distância, por Organização Acadêmica e Grau Acadêmico (Bacharelado, Licenciatura, Tecnólogo e Não Aplicável), segundo a Categoria Administrativa das IES - 2015</b>										
Matrículas / Concluintes	Total Geral					IF e CEFET				
	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável
<b>Matrículas</b>	<b>8.027.297</b>	<b>5.516.151</b>	<b>1.471.930</b>	<b>1.010.142</b>	<b>29.074</b>	<b>144.876</b>	<b>49.347</b>	<b>45.140</b>	<b>50.151</b>	<b>238</b>
Pública	1.952.145	1.195.020	578.997	149.209	28.919	144.876	49.347	45.140	50.151	238
Federal	1.214.635	800.417	323.295	68.862	22.061	144.876	49.347	45.140	50.151	238
Estadual	618.633	301.873	233.222	76.699	6.839	-	-	-	-	-
Municipal	118.877	92.730	22.480	3.648	19	-	-	-	-	-
Privada	6.075.152	4.321.131	892.933	860.933	155	-	-	-	-	-
<b>Concluintes</b>	<b>1.150.067</b>	<b>680.665</b>	<b>237.818</b>	<b>231.584</b>	<b>-</b>	<b>12.586</b>	<b>2.927</b>	<b>4.643</b>	<b>5.016</b>	<b>-</b>
Pública	239.896	141.426	78.941	19.529	-	12.586	2.927	4.643	5.016	-
Federal	134.447	87.529	39.391	7.527	-	12.586	2.927	4.643	5.016	-
Estadual	85.770	40.884	34.930	10.956	-	-	-	-	-	-
Municipal	18.679	13.013	4.620	1.046	-	-	-	-	-	-
Privada	910.171	539.239	158.877	212.055	-	-	-	-	-	-

<b>1 - Dados Gerais - Graduação Presencial e a Distância</b>										
<b>1.2 - Matrículas / Concluintes em Cursos de Graduação - Presenciais e a Distância, por Organização Acadêmica e Grau Acadêmico (Bacharelado, Licenciatura, Tecnólogo e Não Aplicável), segundo a Categoria Administrativa das IES - 2016</b>										
Matrículas / Concluintes	Total Geral					IF e CEFET				
	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável
<b>Matrículas</b>	<b>8.048.701</b>	<b>5.549.736</b>	<b>1.520.494</b>	<b>946.229</b>	<b>32.242</b>	<b>164.592</b>	<b>58.970</b>	<b>49.939</b>	<b>55.343</b>	<b>340</b>
Pública	1.990.078	1.221.969	579.114	157.000	31.995	164.592	58.970	49.939	55.343	340
Federal	1.249.324	823.295	328.032	73.951	24.046	164.592	58.970	49.939	55.343	340
Estadual	623.446	305.990	229.781	79.726	7.949	-	-	-	-	-
Municipal	117.308	92.684	21.301	3.323	-	-	-	-	-	-
Privada	6.058.623	4.327.767	941.380	789.229	247	-	-	-	-	-
<b>Concluintes</b>	<b>1.169.449</b>	<b>715.487</b>	<b>238.919</b>	<b>215.043</b>	<b>-</b>	<b>13.477</b>	<b>3.828</b>	<b>4.243</b>	<b>5.406</b>	<b>-</b>
Pública	246.875	149.010	78.518	19.347	-	13.477	3.828	4.243	5.406	-
Federal	146.367	96.227	42.267	7.873	-	13.477	3.828	4.243	5.406	-
Estadual	81.279	39.313	31.518	10.448	-	-	-	-	-	-
Municipal	19.229	13.470	4.733	1.026	-	-	-	-	-	-
Privada	922.574	566.477	160.401	195.696	-	-	-	-	-	-

Fonte: INEP - Sinopse Estatística da Educação Superior

## Anexo B

1 - Dados Gerais - Graduação Presencial e a Distância										
1.3 e 1.4 - Matrículas / Concluintes em Cursos de Graduação - Presenciais e a Distância, por Organização Acadêmica e Grau Acadêmico (Bacharelado, Licenciatura, Tecnólogo e Não Aplicável), segundo a Categoria Administrativa das IES - 2013										
Matrículas / Concluintes	Total Geral					IF e CEFET				
	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável
Minas Gerais Matrículas	749.299	561.698	114.679	70.015	2.917	15.888	8.987	3.531	3.370	-
Pública	181.097	130.401	43.389	4.390	2.917	15.888	8.987	3.531	3.370	-
Federal	160.584	121.301	32.647	3.699	2.917	15.888	8.987	3.531	3.370	-
Estadual	19.560	8.466	10.698	396	-	-	-	-	-	-
Municipal	973	634	44	285	-	-	-	-	-	-
Privada	568.202	431.287	71.290	65.625	-	-	-	-	-	-
Minas Gerais Concluintes	103.246	67.404	18.814	17.028	-	1.367	655	308	404	-
Pública	20.715	14.822	5.275	618	-	1.367	655	308	404	-
Federal	18.175	13.764	3.981	430	-	1.367	655	308	404	-
Estadual	2.335	945	1.292	98	-	-	-	-	-	-
Municipal	205	113	2	90	-	-	-	-	-	-
Privada	82.531	52.582	13.539	16.410	-	-	-	-	-	-

1 - Dados Gerais - Graduação Presencial e a Distância										
1.3 e 1.4 - Matrículas / Concluintes em Cursos de Graduação - Presenciais e a Distância, por Organização Acadêmica e Grau Acadêmico (Bacharelado, Licenciatura, Tecnólogo e Não Aplicável), segundo a Categoria Administrativa das IES - 2014										
Matrículas / Concluintes	Total Geral					IF e CEFET				
	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável
Minas Gerais Matrículas	797.631	601.613	119.330	71.808	4.850	17.029	10.385	3.285	3.359	-
Pública	194.868	142.772	42.936	4.310	4.850	17.029	10.385	3.285	3.359	-
Federal	165.247	126.212	30.456	3.729	4.850	17.029	10.385	3.285	3.359	-
Estadual	29.194	16.133	12.480	581	-	-	-	-	-	-
Municipal	427	427	-	-	-	-	-	-	-	-
Privada	602.733	458.841	76.394	67.498	-	-	-	-	-	-
Minas Gerais Concluintes	106.566	70.186	19.190	17.190	-	1.929	900	488	541	-
Pública	24.691	16.966	6.959	766	-	1.929	900	488	541	-
Federal	19.534	14.699	4.229	606	-	1.929	900	488	541	-
Estadual	5.098	2.208	2.730	160	-	-	-	-	-	-
Municipal	59	59	-	-	-	-	-	-	-	-
Privada	81.875	53.220	12.231	16.424	-	-	-	-	-	-

1 - Dados Gerais - Graduação Presencial e a Distância										
1.3 e 1.4 - Matrículas / Concluintes em Cursos de Graduação - Presenciais e a Distância, por Organização Acadêmica e Grau Acadêmico (Bacharelado, Licenciatura, Tecnólogo e Não Aplicável), segundo a Categoria Administrativa das IES - 2015										
Matrículas / Concluintes	Total Geral					IF e CEFET				
	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável
Minas Gerais Matrículas	813.098	617.910	121.114	57.375	6.699	19.364	12.366	3.505	3.493	-
Pública	198.636	147.852	39.606	4.479	6.699	19.364	12.366	3.505	3.493	-
Federal	168.875	130.460	27.859	3.857	6.699	19.364	12.366	3.505	3.493	-
Estadual	29.283	16.914	11.747	622	-	-	-	-	-	-
Municipal	478	478	-	-	-	-	-	-	-	-
Privada	614.462	470.058	81.508	62.896	-	-	-	-	-	-
Minas Gerais Concluintes	113.392	76.972	19.700	16.720	-	1.676	855	339	482	-
Pública	25.091	18.394	6.031	666	-	1.676	855	339	482	-
Federal	20.817	15.967	4.306	544	-	1.676	855	339	482	-
Estadual	4.174	2.327	1.725	122	-	-	-	-	-	-
Municipal	100	100	-	-	-	-	-	-	-	-
Privada	88.301	58.578	13.669	16.054	-	-	-	-	-	-

1 - Dados Gerais - Graduação Presencial e a Distância										
1.3 e 1.4 - Matrículas / Concluintes em Cursos de Graduação - Presenciais e a Distância, por Organização Acadêmica e Grau Acadêmico (Bacharelado, Licenciatura, Tecnólogo e Não Aplicável), segundo a Categoria Administrativa das IES - 2016										
Matrículas / Concluintes	Total Geral					IF e CEFET				
	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável
Minas Gerais Matrículas	817.164	617.063	130.241	63.489	6.371	22.346	14.572	3.919	3.855	-
Pública	201.565	150.913	39.134	5.147	6.371	22.346	14.572	3.919	3.855	-
Federal	173.005	134.346	28.078	4.210	6.371	22.346	14.572	3.919	3.855	-
Estadual	28.117	16.124	11.056	937	-	-	-	-	-	-
Municipal	443	443	-	-	-	-	-	-	-	-
Privada	615.599	466.150	91.107	58.342	-	-	-	-	-	-
Minas Gerais Concluintes	121.725	83.077	21.975	16.673	-	2.278	1.273	488	517	-
Pública	25.410	18.839	5.960	611	-	2.278	1.273	488	517	-
Federal	23.039	17.578	4.874	587	-	2.278	1.273	488	517	-
Estadual	2.285	1.175	1.086	24	-	-	-	-	-	-
Municipal	86	86	-	-	-	-	-	-	-	-
Privada	96.315	64.238	16.015	16.062	-	-	-	-	-	-

Fonte: INEP - Sinótese Estatística da Educação Superior

## Anexo C

1 - Dados Gerais - Graduação Presencial e a Distância									
1.10 - Matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância, por Cor / Raça, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES - 2013									
Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Cor / Raça							Não Dispo de Informação	Não Declarado
	Total	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena			
<b>Brasil</b>	<b>7.305.977</b>	<b>1.829.862</b>	<b>222.338</b>	<b>308.683</b>	<b>77.331</b>	<b>13.687</b>	<b>2.364.798</b>	<b>1.889.442</b>	
Pública	1.932.527	520.730	90.105	297.095	21.899	5.079	545.602	452.017	
Federal	1.137.831	288.996	70.103	198.439	11.073	2.903	317.889	248.448	
Estadual	604.517	175.223	17.831	87.787	9.963	2.002	202.433	109.278	
Municipal	190.199	56.511	2.171	10.869	863	174	25.280	54.291	
Privada	5.973.450	1.308.962	132.233	611.588	55.438	8.608	1.819.196	1.437.425	
<b>Minas Gerais</b>	<b>749.299</b>	<b>203.922</b>	<b>28.354</b>	<b>125.649</b>	<b>9.673</b>	<b>1.105</b>	<b>181.469</b>	<b>199.127</b>	
Pública	181.097	44.550	5.655	32.182	1.661	199	38.209	57.641	
Federal	160.564	43.576	5.579	21.477	1.645	199	38.872	49.216	
Estadual	19.560	364	37	10.545	6	-	313	8.294	
Municipal	973	610	39	159	10	-	24	131	
Privada	588.292	159.372	22.699	93.467	8.012	906	142.260	141.486	
1 - Dados Gerais - Graduação Presencial e a Distância									
1.10 - Matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância, por Cor / Raça, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES - 2014									
Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Cor / Raça							Não Dispo de Informação	Não Declarado
	Total	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena			
<b>Brasil</b>	<b>7.828.013</b>	<b>2.431.208</b>	<b>338.537</b>	<b>1.395.629</b>	<b>101.864</b>	<b>22.009</b>	<b>958.619</b>	<b>2.580.649</b>	
Pública	1.961.002	618.653	102.066	411.251	24.896	8.226	211.757	584.153	
Federal	1.180.058	360.356	69.162	290.035	12.787	5.347	114.386	327.995	
Estadual	615.849	198.318	30.696	108.350	11.344	2.639	82.294	182.208	
Municipal	165.085	59.979	2.208	12.866	765	240	15.077	73.950	
Privada	5.867.011	1.812.353	236.471	984.278	76.768	13.783	746.862	1.996.496	
<b>Minas Gerais</b>	<b>797.631</b>	<b>255.016</b>	<b>40.146</b>	<b>179.277</b>	<b>10.280</b>	<b>1.440</b>	<b>85.585</b>	<b>225.857</b>	
Pública	194.868	66.518	9.944	48.709	2.353	252	13.511	53.581	
Federal	165.247	61.449	9.242	35.788	2.191	233	12.802	43.542	
Estadual	29.194	4.742	691	12.870	162	19	700	10.010	
Municipal	427	327	11	51	-	-	9	29	
Privada	602.733	188.498	30.202	130.568	7.927	1.188	72.074	172.276	
1 - Dados Gerais - Graduação Presencial e a Distância									
1.10 - Matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância, por Cor / Raça, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES - 2015									
Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Cor / Raça							Não Dispo de Informação	Não Declarado
	Total	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena			
<b>Brasil</b>	<b>8.027.297</b>	<b>2.903.256</b>	<b>429.632</b>	<b>1.743.002</b>	<b>116.036</b>	<b>32.147</b>	<b>390.775</b>	<b>2.412.449</b>	
Pública	1.952.145	693.634	130.765	465.107	27.742	9.810	106.171	518.916	
Federal	1.214.635	411.887	92.698	333.838	14.775	7.392	58.535	295.510	
Estadual	618.633	234.225	35.913	118.195	12.313	2.268	38.901	176.818	
Municipal	118.877	47.522	2.154	13.074	654	150	8.735	46.588	
Privada	6.075.152	2.209.622	298.867	1.277.895	88.294	22.337	284.604	1.893.533	
<b>Minas Gerais</b>	<b>813.096</b>	<b>298.011</b>	<b>50.010</b>	<b>206.320</b>	<b>10.978</b>	<b>1.656</b>	<b>37.376</b>	<b>208.747</b>	
Pública	198.636	76.049	12.627	51.379	2.398	289	7.936	47.958	
Federal	168.075	67.830	10.531	42.291	2.040	263	7.595	38.325	
Estadual	29.283	7.874	2.072	9.020	355	26	336	9.600	
Municipal	478	345	24	68	3	-	5	33	
Privada	614.462	221.962	37.383	154.941	8.580	1.367	29.440	160.789	
1 - Dados Gerais - Graduação Presencial e a Distância									
1.10 - Matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância, por Cor / Raça, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES - 2016									
Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Cor / Raça							Não Dispo de Informação	Não Declarado
	Total	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena			
<b>Brasil</b>	<b>8.048.701</b>	<b>3.079.779</b>	<b>485.793</b>	<b>1.928.238</b>	<b>123.601</b>	<b>49.026</b>	<b>176.521</b>	<b>2.205.743</b>	
Pública	1.990.078	763.328	158.392	532.259	29.270	12.348	61.858	432.623	
Federal	1.249.324	458.549	107.660	387.457	16.041	8.838	32.785	237.994	
Estadual	623.446	248.298	48.072	129.417	12.441	3.348	25.774	156.096	
Municipal	117.306	56.481	2.660	15.385	788	162	3.299	38.533	
Privada	6.058.623	2.316.451	327.401	1.395.979	94.331	36.678	114.663	1.773.120	
<b>Minas Gerais</b>	<b>817.164</b>	<b>320.649</b>	<b>55.615</b>	<b>229.017</b>	<b>11.509</b>	<b>1.829</b>	<b>14.353</b>	<b>184.192</b>	
Pública	201.595	87.416	15.868	61.512	2.563	420	1.412	32.374	
Federal	173.005	77.449	13.547	52.632	2.242	386	1.373	25.376	
Estadual	28.117	9.653	2.301	8.815	317	34	35	6.962	
Municipal	443	314	20	65	4	-	4	36	
Privada	615.569	233.233	39.747	167.505	8.946	1.409	12.941	151.818	

Fonte: INEP - Síntese Estatística da Educação Superior